ANEXO 1

PROJETO BÁSICO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO E SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE NATUREZA PRIVADA, SEM FINS LUCRATIVOS, PARA A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE APOIO E FOMENTO A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ÂMBITO PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ, NO ANO DE 2012/2013.

1. APRESENTAÇÃO.

O Governo do Estado do Ceará, por intermédio da Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, firmou Convênio com a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE para execução do Projeto “Política Integrada de Economia Solidária” abrangendo 27 municípios, em 03 (três) territórios do Estado do Ceará, com duração de 24 meses.

O Projeto “Política Integrada de Economia Solidária”, foi concebido pelo Governo Federal, com o objetivo de ampliar e fortalecer os empreendimentos e redes solidários, fortalecer a autogestão, a autonomia e a sustentabilidade dos empreendimentos solidários, estimular a formação e desenvolvimento de redes socioeconômicas de produção, comercialização e consumo, além das finanças solidárias e articular o acesso dos empreendimentos econômicos solidários a outros Projetos de apoio e fomento a empreendimentos de economia solidária, no âmbito federal, estadual e municipal, estimulando o desenvolvimento de políticas públicas que pautem a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento.

Este PROJETO BÁSICO trata especificamente do Projeto “Política Integrada de Economia Solidária”, a ser executada no Estado do Ceará a partir da parceria existente entre o Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, e o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, tendo como interveniente a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário – SDA, as quais contratarão **INSTITUIÇÕES** especializadas no apoio e fomento a economia solidária no Estado do Ceará, durante o ano de 2012/2013.

Compete à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, em articulação com a Comissão Técnica de Credenciamento e Seleção da Chamada Pública - CTCS, coordenar o

processo da **CHAMADA PÚBLICA** para a formação de parceria com **INSTITUIÇÃO** de natureza privada, sem fins lucrativos para executar as ações contantes do Projeto “Política Integrada de Economia Solidária”, a ser implementado no estado do Ceará, com vistas a garantir a qualidade técnica-política-pedagógica estabelecida pela Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, e da Portaria do MTE nº 586, de 02 de setembro de 2008, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, a qual regulamenta o **PROJETO BÁSICO** deste Edital.

2. JUSTIFICATIVAS.

Os principais determinantes dessa proposta são os elevados níveis de pobreza e desigualdade social do Estado do Ceará. Segundo dados recentes do IPECE, 16,2% da população do Ceará são considerados extremamente pobres e mais 41,2% pobres. Esses indicadores representam o dobro dos índices para o Brasil. Esse contingente de pessoas pobres não conseguem satisfazer suas necessidades básicas de moradia, alimentação, saúde, proteção social, educação, locomoção e lazer. Apenas 67,7% dos extremamente pobres tem acesso a água, somente 23,3% acessam a rede de esgoto ou fossa séptica, 58,7% tem fogão elétrico ou a gás e 96% tem energia elétrica.

Por não possuírem bens nem conhecimento, essas pessoas têm que vender sua capacidade de trabalho para terceiros, em situação de precarização. Por outro lado, a desigualdade social é fruto de um sistema econômico orientado para produção de riquezas concentrada nas mãos de poucos. Para se ter uma ideia basta analisar o Índice GINI do Ceará, em 2009, que foi de 0,543.

As instituições sociais, políticas e econômicas têm dificuldades de reverter a lógica de concentração econômica e terminam por reproduzir desigualdades sociais. Não obstante, verifica-se que nos regimes democráticos, aumentam as chances para que as mudanças institucionais ocorram, com vistas a construir novos caminhos e modelos econômicos voltados para a inclusão social e com eles comprometidos, como é o caso do movimento em torno da economia solidária.

Uma outra economia é possível, com valores, princípios, estratégias e finalidades diferentes da economia centrada nos mercados. Esse movimento é representado em nível mundial pelo Fórum Social Mundial (FSM) e no Brasil pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), o qual tem grande importância na construção de políticas públicas, atualmente lideradas pelo Conselho Nacional de Economia Solidária, coordenado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e orientado pelas proposições das

Conferências Nacionais. No Ceará, destacam-se o Fórum Estadual do Ceará e a Rede Cearense de Sócioeconomia Solidária.

A vida econômica dos empreendimentos solidários e as diversas possibilidades de transformação dos atuais modelos de produção, comercialização e consumo dependem essencialmente da conquista de políticas públicas voltadas à potencialização e consolidação de redes e cadeias de produção, comercialização e consumo solidárias. Para tanto é necessário fortalecer e integrar políticas públicas que estimulem e fortaleçam empreendimentos econômicos solidários.

A inspiração maior desta proposta é que a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, enquanto **ÓRGÃO CONCEDENTE**, coordene um conjunto de iniciativas de fomento à economia solidária, em parceria com outras organizações governamentais e não governamentais, trabalhando com o enfoque territorial e com foco nas comunidades mais carentes.

Espera-se construir em cada território os serviços de fomento à economia solidária, aproveitando o capital social (institucionalidades de concertação e controle social), os Empreendimentos de Economia Solidária - EES existentes e outras potencialidades desses territórios. Trata-se da estruturação de serviços não financeiros, tais como formação e assessoria técnica específica, incubação de novos empreendimentos e estratégias de comercialização para os EES. Também será feito esforço adicional para inclusão sócio-produtiva e financeira dos beneficiários do Programa Bolsa Família.

Com isso, espera-se que o impacto deste Projeto vá além dos 50 Empreendimentos Econômicos Solidários - EES e da expectativa de beneficiar mais de 1.000 famílias ao seu redor. Espera-se ainda “enredar” no território uma camada considerável da população, à medida que as ações transformadoras das capacitações e os resultados concretos dos empreendimentos aconteçam.

Espera-se também internalizar no Governo Estadual políticas integradas de fomento à economia solidária e desenvolvimento territorial, mostrando a viabilidade e poder transformador das tecnologias sociais e a importância das instâncias de concertação e redes da economia solidária para o combate à pobreza e inclusão social no Estado e no Brasil.

A escolha dos territórios passou por um amplo processo de escuta e discussão entre as duas Secretarias Estaduais do Governo do Estado (Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social e Secretaria do Desenvolvimento Agrário), a Universidade Federal do Ceará e entidades que formam

a Rede Cearense de Sócioeconomia Solidária, tendo sido ao final do processo selecionados 03 (três) territórios cearenses.

3. DO OBJETO.

O presente **PROJETO BÁSICO** tem como objeto o processo de **CHAMADA PÚBLICA** para o credenciamento e seleção de **INSTITUIÇÃO** privada, sem fins econômicos, com a finalidade de apoiar a implantação de ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável visando a superação da extrema pobreza por meio da geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias em 3 territórios do Estado do Ceará, no âmbito do Projeto “Política Integrada de Economia Solidária” no Estado do Ceará.

4. PÚBLICO-ALVO E ABRANGÊNCIA DO PROJETO.

O Projeto “Política Integrada de Economia Solidária” beneficiará diretamente 1.000 famílias oriundas do Cadastro Único que apresentem ambiência favorável para a consolidação de empreendimentos solidários e potencial para inclusão produtiva através de estratégias de economia solidária.

Os estudos do IPEA indicam que a extrema pobreza no Brasil está concentrada na Região Nordeste e na área rural, com um número expressivo de indivíduos em situação de muita fragilidade. Os extremamente pobres representam 5,25% da população brasileira.

No Ceará esse contingente atinge 908.985 pessoas, ou 10,61% da população residente. Outro dado preocupante é a alta concentração das pessoas extremamente pobres no meio rural. Por isso esta proposta foca suas ações no interior, em 3 (três) territórios, envolvendo 27 municípios do Ceará, conforme detalhamento da base territorial do projeto, conforme Quadro 01, a seguir:

Quadro 01 – Distribuição dos Municípios por Território

Territórios	Municípios	Total
Território 1 - Maciço de Baturité	Baturité, Capistrano, Itapiúna, Aracoiaba, Redenção, Acarape, Ocara, Barreiras, Guaramiranga, Mulungu, Palmácia, Aratuba, Pacoti	13
Território 2 - Vale do Curu e Aracatiaçu	Tejuçuoca, Pentecoste, Apuiarés, General Sampaio, Paraipaba, São Gonçalo, São Luis	09

	do Curu, Paracuru e Trairi	
Território 3 - Sertão dos Inhamus e Crateús	Arneiroz, Parambu, Aiuaba, Tauá, Quiterianópolis	05

5. OBJETIVOS.

5.1. GERAL.

Promover a inclusão sócioprodutiva de 1.000 famílias, em 03 (três) territórios cearenses, abrangendo 27 municípios, através de ações integradas de economia solidária.

5.2. ESPECÍFICOS.

- ✓ Estruturar Centros Públicos de Economia Solidária em 3 territórios, com espaço físico equipado, modelo de governança solidária e agente territoriais de economia solidária capacitados e atuantes.
- ✓ Estruturar nos territórios base de serviços de formação e assessoria técnica adequadas às necessidades dos empreendimentos econômicos solidários (ATEES), inclusive processo de incubação de novos EES e serviços de formação gerencial para empreendimentos da economia familiar e solidária com metodologia para população de baixa renda e poucos anos de estudo, com a utilização da metodologia Diálogos de Gestão.
- ✓ Implantar tecnologia de inclusão financeira aliada à educação financeira e poupança popular para beneficiários do programa Bolsa família com vistas a sua inserção nos sistemas territoriais de finanças solidárias.
- ✓ Estruturar bases de serviços de apoio à comercialização solidária para os empreendimentos incubados e assessorados, organizando nos territórios o Sistema nacional de comércio justo e solidário e ampliando o acesso as compras governamentais.
- ✓ Implementar sistema de monitoramento e avaliação do Projeto por território e por eixo.

6. CARACTERÍSTICAS E METODOLOGIA DO PROJETO.

O Projeto “Política Integrada de Economia Solidária” tem por objetivo o apoio e fomento a economia solidária para a inclusão sócio-produtiva de famílias oriundas do CadÚnico, através de ações integradas de economia solidária em 03 (três) territórios cearenses, abrangendo 27 municípios, bem como do desenvolvimento de metodologias de fundos rotativos solidários.

Esse Projeto foi concebido tomando-se por referência os eixos da Política Nacional de Economia

Solidária consolidados na II Conferência Nacional de Economia Solidária, a seguir explicitados:

1. Tecnologia, formação e assistência técnica;
2. Finanças solidárias e crédito;
3. Organização da produção, comércio justo e solidário e consumo responsável; e
4. Comunicação e divulgação.

Para tanto, foi elaborado um estudo circunstanciado que ao final apontou e selecionou os territórios do Vale do Curu e Aracatiaçu, Maciço de Baturité e Sertão do Inhamuns e Crateús por apresentaram uma melhor ambiência para a implantação do Projeto, conforme detalhado abaixo:

1. O Território Vale do Curu e Aracatiaçu.

Conta com uma população de 208.160 habitantes, sendo 49,86% no meio rural. Está localizado na porção noroeste do Estado do Ceará, distantes numa média de 110 km da capital. É composto por 2 microterritórios, com 9 municípios: Tejuçuoca, Pentecoste, Apuiarés, General Sampaio, Paraipaba, São Gonçalo, São Luis do Curu, Paracuru e Trairi.

Algumas iniciativas estão sendo desenvolvidas no Território com o intuito de garantir às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional o acesso à alimentação adequada e água de qualidade. Citam-se como exemplos, o Programa de Cisternas de Placas para Captação de Água da Chuva, Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição, Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa Bolsa Família (PBF).

O Estado do Ceará tem uma estimativa de 1.376.048 famílias pobres cadastradas, com cobertura de 74,21%. Comparando-se estes dados com o Território, observa-se que 7% destas famílias cadastradas de todo o Estado, concentram-se nesse Território. O IDH médio de um dos microterritórios é 0,619 e o do outro é 0,649. A renda per capita média de um microterritório é de R\$ 86,90, e do outro é R\$ 66,78.

O Território apresenta como Biomas, a caatinga, o mangue, as restingas e ainda um complexo serrano, onde existem comunidades tradicionais como as indígenas da etnia Tremembé, quilombolas (Tururu), colônias e associações de pescadores artesanais, em um rico litoral.

Em Flecheiras existe um grupo de algicultura (cultivo de algas) que é acompanhada pela ONG Terra mar, e que desenvolve projeto de cultivo de algas gerando renda sem degradação do meio ambiente.

As potencialidades deste território compreendem ainda uma cooperativa de marisqueiras, conhecida como cooperativa pescando búzios, com um projeto de maricultura, com o beneficiamento de ostras. Apresenta grandes potencialidades agropecuárias como as culturas da mandioca, do caju, do coco, do bovino, da banana, do mamão, da avicultura, da apicultura, do caprino e ovino, da pesca, do extrativismo da carnaúba e da fruticultura irrigada. Além dessas culturas dispõe ainda de uma forte e organizada cadeia do artesanato e do turismo.

2. Território do Maciço de Baturité.

Compreende 3 microterritórios, abrangendo 13 municípios: Baturité, Capistrano, Itapiúna, Aracoiaba, Redenção, Acarape, Ocara, Barreiras, Guaramiranga, Mulungu, Palmácea, Aratuba, Pacoti, que juntos possuem uma área de 3.709 km² e ficam em média distantes cerca de 100 km, ao sul da Cidade de Fortaleza.

A população do Território, conta com 210.317 habitantes. Na zona urbana estão 94.974 pessoas, enquanto na zona rural, residem 115.343 pessoas e apresenta uma densidade demográfica média de 56,08 hab./km². Quanto à distribuição da população entre as áreas rural e urbana, a maior incidência está na área rural com 54,84%; enquanto na urbana concentra-se 45,16% da população total.

O número de famílias atendidas pelo Programa do Bolsa Família no Território representa um total de 33.070 famílias, o que significa 3,26% do total de famílias atendidas no estado do Ceará.

Os biomas do Território são as áreas remanescentes da Mata Atlântica, a Floresta Tropical Úmida e a Caatinga. O Território sobressai-se com um ecossistema que inclui flora e fauna bastante diversificadas que são protegidas pela Área de Preservação Ambiental (APA) do Maciço de Baturité.

Apenas o Município de Ocara (0,59) tem IDH inferior a 0,6 enquanto os outros municípios apresentam índices variando de 0,6 a 0,67. A renda per capita dos municípios varia de R\$ 56,10 (Capistrano) a R\$ 106,16 (Baturité).

A agricultura do Território utiliza-se de tecnologias ultrapassadas, com práticas rudimentares, de subsistência, com resultados econômicos insuficientes. Apenas o excedente do consumo é comercializado, com uma produtividade muito baixa e a comercialização fica à mercê de atravessadores.

Quanto à geração de renda, as culturas que mais se destacam são: milho, feijão, cana-de-açúcar, mandioca, arroz e sorgo, banana (em cacho), castanha de caju, café (em grão), mamão, coco-da-baía e laranja. As potencialidades são dirigidas para o beneficiamento da castanha, apicultura e outras agroindústrias familiares de doces, além do potencial para a coleta e reciclagem de resíduos.

As comunidades tradicionais do Território são: comunidade indígena no município de Aratuba, trata-se da Comunidade Indígena dos Fernandes, São 140 famílias descendentes do tronco Kanindé, na localidade da Serra do Evaristo, uma comunidade remanescente quilombolas chamada Comunidade Serra do Evaristo, são 150 famílias.

3. Território do Inhamuns e Crateús.

É um microterritório do grande Território da Cidadania Inhamuns-Crateús, composto por 5 municípios: Arneiroz, Parambu, Aiuaba, Tauá e Quiterianópolis, distantes da capital Fortaleza em média 400 km. A população do microterritório é de 127.835 pessoas, sendo 73.350, ou 57,4% na zona rural e 42,6% na zona urbana.

As comunidades tradicionais no Território compreendem 10 aldeias indígenas, no município de Quiterianópolis, dentre elas: Fidélis, Croatá, Vila Nova, Vila Alegre dentre outras, somando um total de 208 famílias e 2.982 indígenas. As comunidades quilombolas estão espalhadas em todo o território.

O Território apresenta como Bioma a Caatinga e está inserido no semi-árido cearense com flora e fauna específicas. Há grande número de agricultores familiares no Território e uma Escola Familiar Agrícola Dom Frágoso vem sendo uma referência importante em transferência de conhecimento na área de educação do campo e técnicas de convivência com o semiárido.

A renda *per capita* deste microterritório varia de R\$ 51,76 (Aiuaba) a R\$ 71,98 (Quiterianópolis). O IDH varia de 0,566 (Aiuaba) a 0,665 (Tauá).

As atividades principais são a agricultura de sequeiro, a agricultura em área úmida, a agricultura irrigada, a fruticultura e a horticultura. Destacam-se também: Bovinocultura, Ovinocaprinocultura, Apicultura, Avicultura e Suinocultura Caipira, fruticultura com destaque para a cajucultura, oleaginosas para produção de bicompostíveis, algodão, milho, feijão e dispõe ainda de Bancos de Sementes e de uma boa diversidade de artesanato.

Há um forte movimento de migração da juventude de todos os territórios para Fortaleza, pela falta de oportunidade nas áreas de profissionalização e geração de renda no meio rural. O acesso ao crédito ainda é muito dirigido a empreendedores que tenham renda comprovada, que apresentam balanços e garantias reais, o que impede o desenvolvimento socioeconômico dos mais vulneráveis.

Para a grande maioria das famílias atendidas pelas políticas sociais estes benefícios têm um grande significado, mas ainda enfrentam dificuldades no acesso aos bens de toda natureza e precisam ter a cobertura de outros programas, que atendam às suas necessidades essenciais.

O referencial teórico metodológico deste Projeto é uma conjugação entre as abordagens do desenvolvimento territorial, da economia solidária e das microfinanças solidárias, permeadas por uma concepção pedagógica coerente com essas três abordagens, cuja estratégia metodológica de implementação está baseada nos seguintes passos:

1. Nivelamento conceitual e metodológico entre a Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, executora, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA, interveniente, a Rede Cearense de Sócioeconomia Solidária, os colegiados territoriais (SDT) e possíveis entidades parceiras, com vistas a construir uma matriz de gestão para a fase de execução, a partir do Plano de Trabalho do Projeto (PAT);
2. Em cada território, deverão ser iniciados os trabalhos a partir de oficina participativa com atores locais, inclusive as lideranças dos colegiados dos territórios rurais (SDT), associações dos municípios, consórcios existentes e prefeituras municipais. Nessa ocasião deverá ser apresentado o Plano de Trabalho Geral do Projeto e construídas a estratégia de implementação e a matriz de gestão da execução em cada território;
3. A partir das pactuações realizadas serão iniciados os trabalhos de campo, com base no previsto em cada eixo, sendo que o Centro Público de Referência da Economia Solidária em cada Território será o eixo central e integrador das ações dos demais eixos, tanto no que se refere à construção da logística necessária para atender as necessidades dos demais eixos (formação de agentes, incubação/assessoria técnica, microfinanças e apoio à comercialização), quanto no que diz respeito ao modelo de governança do Centro Público que deve abarcar o monitoramento colegiado de todos os eixos acima mencionados, além da discussão do modelo de administração interna do próprio Centro;
4. Em cada um dos eixos, a lógica de intervenção (etapas/atividades) será construída de tal forma a se garantir três etapas básicas do ciclo de gestão:
 - ✓ levantamento de necessidades/diagnósticos/plano de trabalho e pactuação;
 - ✓ a execução das ações propriamente dita com grande conteúdo de inovação;

- ✓ a gestão e monitoramento das ações de forma compartilhada e capacitadora, retroalimentado os processos de aprendizagem coletiva e fortalecimento do movimento da economia solidária nos territórios;
5. Também em cada um dos eixos, deverão ser trabalhados 2 macroprocessos transversais:
- ✓ ampliação dos espaços de participação e construção de instâncias de controle social, com vistas a um maior empoderamento e igualdade de oportunidades; e,
 - ✓ formação gradual e continuada dos atores e empreendimentos, com estratégia pedagógica adequada para cada público que contemple também a formação política para uma nova economia, gerando ambiência para inovação e aprendizagem coletiva.

Com vistas a assegurar na prática o ciclo de planejamento e gestão social em cada eixo, os espaços de participação e as oportunidades de capacitação, consta da metodologia o desenvolvimento de instrumentos de comunicação (folders, panfletos, cartilhas, carros de som, programas de rádio, sites, redes virtuais etc), atividades essas a serem também financiadas.

Na construção das propostas devem ser identificados os seguintes princípios/características da Economia Solidária que nortearão todas as ações, a saber:

- ✓ Cooperação: Existência de interesses e objetivos comuns, propriedade coletiva parcial ou total de bens de produção, partilha dos resultados e responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus. Considerar as ações desenvolvidas coletivamente.
- ✓ Autogestão: As pessoas envolvidas exercitam as práticas participativas e de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses.
- ✓ Atuação econômica: Agrega esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo;
- ✓ Solidariedade: Expressa na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam à melhoria das condições de vida de participantes; no compromisso com um meio saudável; na participação nos processos de desenvolvimento territorial ou local; nas relações com movimentos sociais e populares emancipatórios; no bem-estar dos trabalhadores e consumidores.

Dessa forma, a estratégia metodológica da Proposta deverá conter clara e objetivamente uma descrição sucinta do processo de implementação das atividades de cada um dos eixos do projeto, abaixo discriminados:

1. Organização sóciocomunitária;
2. Capacitação, formação e assessoria técnica;
3. Investimento e finanças solidárias;
4. Organização da Comercialização Solidária.

7. DAS METAS E ETAPAS DO PROJETO, POR LOTE, A SEREM EXECUTADAS.

7.1. LOTE 01 – METAS E ETAPAS

Meta 1 – Estruturação dos Centros Públicos de Economia solidária nos territórios atendidos, com infraestrutura e modelo de governança solidária implantado.

- ✓ Realização de 03 (três) diagnósticos das potencialidades e iniciativas nos territórios beneficiados;
- ✓ Elaboração de 03 (três) marcos lógico, o plano de ação e os modelos de gestão dos Centros Públicos de Referência, de forma participativa, através de mobilização e oficinas com apresentação Projeto e respectivo Plano de Trabalho, nos território beneficiados;
- ✓ Desenvolvimento e confecção de instrumentos de comunicação para uma nova economia, sendo um modelo de mídia para cada território;
- ✓ Realização de 03 (três) seminários territoriais com o objetivo de fortalecer a Rede Cearense de Sócioeconomia Solidária, sendo 01 (um) seminário em cada território atendido;
- ✓ Realização de 1 (um) Encontro Estadual da Rede de Socioeconomia Solidária.

Meta 7 – Implementação do sistema de monitoramento e avaliação do Projeto por território e por eixo.

- ✓ Implantação dos serviços de monitoramento e avaliação do projeto e qualificação da equipe técnica para desenvolvimento desta atividade, nos territórios atendidos.

7.2. LOTE 02 - METAS E ETAPAS

Meta 2 – Viabilização de iniciativas de fomento a Economia Solidária, nos três territórios selecionados, por intermédio de 62 agentes de economia solidária territoriais.

- ✓ Mobilização e organizar o Poder Público (estadual e municipal), os parceiros e a Rede Cearense de Sócioeconomia Solidária para divulgação das ações do Projeto, dos seus aspectos primordiais, como Autogestão, Cooperação, Democracia, Solidariedade, Respeitando à Natureza e Valorização e Promoção da Dignidade do Trabalho Humano com

o desenvolvimento da organização e formação comunitária, em cada um dos territórios, através de reuniões e eventos.

- ✓ Capacitação de 62 agentes territoriais, sendo 20 agentes no Maciço do Baturité, 18 agentes no Vale do Curu e Aracatiaçu e 12 agentes nos Inhamuns/Crateús, com a realização de 03 oficinas de 30 horas aulas cada.
- ✓ Seleção e contratação de 06 Agentes de Desenvolvimento por um período de 18 meses; 03 articuladores e 01 coordenador por 22 meses ou até durar o projeto.

Meta 3 – Estruturação/fortalecimento de Bases de Serviços de formação e assessoria técnica adequada às necessidades de 50 Empreendimentos Econômicos Solidários (ATEES) nos 3 territórios, por intermédio da implantação de serviços permanente de formação gerencial para empreendimentos da economia familiar e solidária, com metodologia específica para a população de baixa renda.

- ✓ Estruturação das atividades econômicas de 50 EES dos Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, qualificados pelo projeto com aquisição de instrumentais de trabalho;
- ✓ Realização de 80 oficinas formativas com capacitação gerencial, com 10 participantes por cada oficina, beneficiando um total de 800 pessoas nos territórios de abrangência do projeto, sendo 34 no território do Maciço do Baturité, 28 no território do Vale do Curu e Aracatiaçu e 18 no território Inhamuns/Crateús;
- ✓ Implantação dos serviços de assessoria técnica aos 50 EES existentes nos territórios, sendo 20 no território do Maciço do Baturité, 18 no território do Vale do Curu e Aracatiaçu e 12 no território Inhamuns/Crateús.

Meta 6 – Estruturação/fortalecimento de Bases de Serviços de apoio a comercialização solidária para os empreendimentos incubados e assessorados, com vistas ao acesso ao Sistema Nacional de Comercio Justo e Solidário e Acesso as Compras Governamentais.

- ✓ Implantação de 03 (três) Bases de Serviços de apoio à comercialização, qualificação em compras governamentais para os EES fortalecidos e aos novos encubados nos territórios abrangidos, sendo 01 (uma) base por território;
- ✓ Criação do Selo da Economia Solidária para os EES apoiados, para agregar o valor ético, político e social aos produtos e serviços ao colocá-los no mercado;
- ✓ Realização de 03 (três) feiras territoriais de comercialização nos municípios onde serão instalados os Centros de Referência.

7.3. LOTE 03 – METAS E ETAPAS

Meta 4 – Implantação do processo de incubação de 15 Empreendimentos Econômicos Solidários – EES em todas as suas etapas com vistas a conquista de autonomia organizativa e viabilidade econômica

- ✓ Incubação de 15 novos EES, sendo 6 no Maciço do Baturité, 5 no Vale do Curu e Aracatiaçu e 4 nos Inhamuns/Crateús, conforme metodologia especificada no projeto básico.

7.4. LOTE 04 – METAS E ETAPAS

Meta 5 – Fortalecimento\ampliação de 3 (três) organizações microfinanceiras, utilizando metodologias de finanças solidárias de proximidade, além do desenvolvimento e implantação de Tecnologia Social de Inclusão Financeira aliada à educação financeira e poupança popular para beneficiários do Programa Bolsa Família, sistematizando a metodologia e resultados.

- ✓ Desenvolvimento e implantação de Tecnologia social de inclusão financeira aliada à educação financeira e poupança popular para beneficiários do Programa Bolsa Família, nos 3 (três) territórios atendidos;
- ✓ Seleção e contratação de 06 agentes de crédito por um período de 8 meses;
- ✓ Capacitação de 06 agentes de crédito, com carga horária de 46 h/a visando a expansão e sustentabilidade das iniciativas nos territórios, sendo 03 agentes de crédito no território do Maciço do Baturité, 02 no território do Vale do Curu e Aracatiaçu e 01 no território Inhamuns/Crateús.;
- ✓ Prestação de assessoria técnica as 03 (três) organizações microfinanceiras nos territórios, sendo 1 (uma) em cada território.

8. DA PRECIFICAÇÃO DAS METAS POR LOTE.

As INSTITUIÇÕES que desejarem participar do presente Edital deverão observar na elaboração e composição dos custos dos Projetos Técnicos, no respectivo Plano de Trabalho, a precificação estabelecida para cada **LOTE**, conforme especificado abaixo:

Lote 01 – Demonstrativo de Custos por Meta

Meta	Descrição da Meta	Valor R\$
1	Estruturar/manter o Centro Público de Economia Solidária em 3 territórios, com modelo de governança solidária implantado. Atividade será sincronizada com a instalação de infraestrutura fornecida pela STDS.	369.297,99
7	Implementar sistema de monitoramento e avaliação do Projeto por território e por eixo.	150.000,00
Total		519.297,99

Lote 02 – Demonstrativo de Custos por Meta

Meta	Descrição da Meta	Valor R\$
2	Viabilizar iniciativas de fomento a Economia Solidária, nos três territórios selecionados, por intermédio de 62 agentes de economia solidária territoriais (20 no Maciço, 18 no Curu e 12 nos Inhamuns).	431.298,67
3	Estruturar/fortalecer bases de serviços de formação e assessoria técnica adequada às necessidades de 50 empreendimentos econômicos solidários (ATEES) nos 3 territórios (20 no território do maciço e 18 no território do Curu e 12 no território Inhamuns) por intermédio da implantação de serviços permanente de formação gerencial para empreendimentos da economia familiar e solidária, com metodologia específica para a população de baixa renda	268.000,00
6	Estruturar/fortalecer 3 bases (01 por território) de serviços de apoio a comercialização solidária para os empreendimentos incubados e assessorados, com vistas ao acesso ao Sistema Nacional de Comercio Justo e Solidário e acesso as compras governamentais.	330.460,00
Total		1.029.758,67

Lote 03 – Demonstrativo de Custos por Meta

Meta	Descrição da Meta	Valor R\$
4	Implantar processo de incubação de 15 Empreendimentos Econômicos Solidários – EES (6 no Maciço, 5 no Curu e 4 nos Inhamuns) em todas as suas etapas com vistas a conquista de autonomia organizativa e viabilidade econômica	105.501,12
Total		105.501,12

Lote 04 – Demonstrativo de Custos por Meta

Meta	Descrição da Meta	Valor R\$
5	Fortalecer\ampliar 3 organizações microfinanceiras, 1 em cada território,	374.780,00

	utilizando metodologias de finanças solidárias de proximidade. Desenvolver e testar Tecnologia social de inclusão financeira aliada à educação financeira e poupança popular para beneficiários do programa Bolsa família nos 3 territórios, sistematizando a metodologia e resultados.	
Total		374.780,00

9. DISTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES E LOCAIS DE EXECUÇÃO

As ações do Projeto “Política Integrada de Economia Solidária”, no âmbito do Programa de Economia Solidária do Ceará executadas no Estado, serão divididas em 07 fases e suas respectivas etapas, atendendo mais de 1.000 famílias do CadÚnico. A especificação quanto às metas e submetas estão apresentadas no Quadro 02 abaixo:

Quadro 02 – Descrição das Atividades por Etapa e Meta do Projeto

Meta	Etapas	Descrição da Atividade	Unidade	Meta
01	1.1	Realização do diagnóstico inicial das potencialidades e iniciativas nos territórios;	Diagnóstico	03
	1.2	Elaboração de forma participativa o marco lógico, o plano de ação e o modelo de gestão do Centro Público de Referência através de mobilização e oficinas com apresentação do projeto seu plano de trabalho.	Marco Lógico	03
	1.3	Implantação e manutenção dos Centros de referencia de Economia Solidária com reforma de espaço físico, equipamentos (inclusive veículos) e material de consumo.	Centro	03
	1.4	Desenvolvimento de um plano de mídia, confecção e impressão de instrumentos de comunicação (cartilhas, banners, folders, cartazes, panfletos, e spot para rádios, etc. Com vistas a divulgação de uma nova economia.	Instrumentos	03
	1.5	Realização de seminários territoriais com o objetivo de fortalecer a Rede Cearense de Sócio-economia Solidária	Seminário	03
	1.6	Realização de Encontro Estadual da Rede de Economia Solidária.	Encontro	01
02	2.1	Mobilização e organização do Poder Público (estadual e municipal), os parceiros e a Rede Cearense para divulgação das ações do projeto, dos seus aspectos primordiais, como Autogestão, Cooperação, Democracia, Solidariedade, Respeitando à Natureza e Valorização e Promoção da Dignidade do Trabalho Humano com o desenvolvimento da organização e formação comunitária, em cada um dos territórios, através de reuniões e eventos.	Eventos	03
	2.2	Seleção e contratação dos Agentes de Desenvolvimento, dos Articuladores e de Coordenador	Profissional Contratado	10
	2.3	Capacitação dos agentes de territoriais, com a realização de 03 oficinas de 30 horas aulas cada.	Agente Capacitado	62

03	3.1	Estruturação das atividades econômicas dos EES com infraestrutura, através do fortalecimento a 50 EES qualificadas pelo projeto com aquisição de instrumentais de trabalho.	Mapeamento Estruturado	50
	3.2	Realização de atividades formativas de capacitação gerencial nos territórios de abrangência do projeto.	Oficinas	80
	3.3	Implantação dos serviços de Assessoria Técnica aos EES existentes nos territórios.	EES Assistidos	50
04	4.1	Incubação de EES, conforme metodologia especificada no projeto básico.	EES Incubados	15
05	5.1	Implantação de Tecnologia social de inclusão financeira aliada à educação financeira e poupança popular para beneficiários do programa Bolsa família.	Tecnologia Implantada	03
	5.2	Seleção e contratação de Agentes de Crédito para atuar nos territórios.	Analista Contratado	06
	5.3	Capacitação dos Agentes de Crédito para expansão e sustentabilidade das iniciativas nos territórios	Curso	01
	5.4	Prestação de assessoria técnica as organizações microfinanceiras nos territórios	Organizações	03
06	6.1	Implantação junto aos EES fortalecidos e aos novos encubados de bases de serviços de apoio à comercialização, qualificação em compras governamentais nos territórios abrangidos.	Bases de Serviços	03
	6.2	Criação do selo da Economia Solidária para os EES apoiados, para agregar o valor ético, político e social aos produtos e serviços ao colocá-los no mercado.	Selo	01
	6.3	Realização de feiras territoriais de comercialização nos municípios onde serão instalados os Centro de Referência.	Feiras	04
07	7.1	Implantação dos serviços de monitoramento e avaliação do projeto e qualificação da equipe técnica para desenvolvimento desta atividade	Serviço Implantado	03

A definição dos 03 (três) territórios do Estado do Ceará e das ações de fomento a economia solidária, tomou por base as demandas sociais, os estudos e pesquisas que apontam as tendências e potencialidades da economia solidária Estado do Ceará e a existências de empreendimentos econômicos solidários existentes em cada região.

Dessa forma, as submetas constantes em cada etapa e meta do Projeto foram distribuídas para cada território de acordo com a quantidade de municípios que serão atendidos e o volume de empreendimentos mapeados em cada região, conforme discriminado nos Quadros 02 a 06, conforme segue abaixo:

Quadro 03 - Distribuição Geográfica das Mobilizações, dos Diagnósticos, da Gestão e Manutenção dos Centros e das Bases de Serviços e Incubação de EES

Território	Mobilização dos Atores Sociais	Realizar Diagnóstico nos Territórios	Implantar modelo de Gestão, Plano de Ação e Marco Lógico	Manutenção dos Centros de referencia de Economia Solidária	Estruturar Bases de Serviços - ATEES
Vale do Curu e Aracatiaçu	01	01	01	01	18
Maciço de Baturité	01	01	01	01	20
Inhamuns e Crateús	01	01	01	01	12
Total	3	03	03	03	50

Quadro 04 - Distribuição Geográfica da Equipe Técnica, Agentes Capacitados e Analistas de Crédito Contratados por Território e/ou Município

Território	Município	Equipe Contratada	Agentes Capacitados	Analista de Crédito
Vale do Curu e Aracatiaçu	Tejuçuoca	03	02	02
	Pentecoste		02	
	Apuiarés		02	
	General Sampaio		02	
	Paraipaba		02	
	São Gonçalo do Amarante		02	
	São Luis do Curu		02	
	Paracuru		02	
	Trairi		02	
Subtotal		03	18	02
Maciço do Baturité	Baturité	05	03	03
	Capistrano		03	
	Itapiúna		02	
	Aracoiaba		03	
	Redenção		03	
	Acarape		03	
	Ocara		02	
	Barreira		02	
	Guaramiranga		03	
	Mulungu		02	
	Palmácia		03	
	Aratuba		03	
	Pacoti		02	
Subtotal		05	34	03
Inhamuns e Crateús	Arneiroz	02	02	01
	Parambu		02	
	Aiuaba		02	
	Tauá		02	
	Quiterianópolis		02	

Subtotal	02	10	01
Total Geral	10	62	06

Quadro 05 - Distribuição Geográfica dos Empreendimentos Incubados, das Organizações Microfinanceiras Fortalecidas, das Bases de Comercialização Estruturadas e do Sistema de Monitoramento Implantado

Território	Implantar Incubação de EES	Fortalecer Organizações Microfinanceiras	Estruturar Bases de Serviços de Comercialização a EES	Implantar Sistema de Monitoramento e Avaliação
Vale do Curu e Aracatiaçu	05	01	01	01
Maciço de Baturité	06	01	01	
1Inhamuns e Crateús	04	01	01	
Total	15	03	03	01

Quadro 06 - Distribuição Geográfica dos Seminários, das Feiras Regionais, do Plano de mídia e da Feira Nacional

Território	Seminários de Economia Solidária	Feira de Economia Solidárias	Plano de Mídia	Selo de Economia Solidária e Feira Nacional
Vale do Curu e Aracatiaçu	05	01	01	01
Maciço de Baturité	06	01	01	
1Inhamuns e Crateús	04	01	01	
Total	15	03	03	01

10. DAS OBRIGAÇÕES

10.1. A STDS obrigar-se-á:

- a) garantir os recursos financeiros para a execução das ações previstas no **Convênio ou Termo de Parceria**, de acordo com o Cronograma de Desembolso estabelecido no Plano de Trabalho, observando a disponibilidade financeira e as normas legais pertinentes;
- b) exigir, por ocasião de cada repasse financeiro à **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital, apresentação de Certidão Negativa de Débito – CND expedida pelo INSS, de Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PFN, de Certidão Negativa de Débitos Estaduais, CNDT e Certidão Negativa de Débitos Municipais, todas devidamente atualizadas;

- c) acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as metas a serem executadas pela **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital, zelando pelo cumprimento de todas as suas Cláusulas do **Convênio ou Termo de Parceria**;
- d) fixar e dar ciência ao **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital dos procedimentos técnicos e operacionais que regem a execução do objeto deste **Convênio ou Termo de Parceria**, apoiando a execução dos mesmos e prestando a necessária assistência à **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital;
- e) transferir ou assumir a responsabilidade pelo **Convênio ou Termo de Parceria**, no caso de paralisação ou fato relevante que venha a ocorrer, com o fim de evitar a descontinuidade dos serviços;
- f) examinar e aprovar as prestações de contas dos recursos a serem alocados, assim como as excepcionais propostas de reformulações no Plano de Trabalho;
- g) fazer avaliação das metas do projeto, no mínimo trimestralmente, emitindo relatórios parciais de execução física das metas pactuadas no Plano de Trabalho;
- h) certificar-se de que a **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital está adimplente em relação à prestação de contas de recursos recebidos junto a outros órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, no caso de subvenções sociais;
- i) exigir, no máximo, quadrimestralmente, relatório de execução físico-financeira das atividades realizadas, comprovando-as.
- j) exigir, por ocasião da assinatura do presente **Convênio ou Termo de Parceria**, toda a documentação prevista na legislação pertinente.

10.2. A INSTITUIÇÃO vencedora do Edital, por seu turno, obrigar-se-á:

- a) sob a orientação da **CONCEDENTE**, gerenciar e coordenar as ações concernentes ao objeto do presente Instrumento;
- b) comprovar a aplicação dos recursos financeiros de conformidade com o Plano de Trabalho;
- c) apresentar Certidão Negativa de Débito – CND expedida pelo INSS, de Certificado de Regularidade do FGTS- CRF, de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PFN, de Certidão Negativa de Débitos Estaduais, CNDT e Certidão Negativa de Débitos Municipais, todas devidamente atualizadas, por ocasião do recebimento de cada parcela;
- d) responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da execução do **Convênio ou Termo de Parceria**, inclusive os trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, dentre outros;
- e) oferecer ao público beneficiário/assistido condições de aproveitamento de aprendizagem

durante sua permanência na **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital;

- f) aplicar os recursos transferidos pela **CONCEDENTE**, exclusivamente, na execução das ações pactuadas constantes do Plano de Trabalho;
- g) apresentar, no máximo, quadrimestralmente, relatório de execução físico-financeira das atividades realizadas ou relatórios parciais de prestação de contas em função do repasse de recursos;
- h) manter arquivo individualizado de toda documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude deste **Convênio ou Termo de Parceria**, durante 5 (cinco) anos;
- i) propiciar aos técnicos credenciados pela **CONCEDENTE** todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, à supervisão, ao controle e à fiscalização da execução deste **Convênio ou Termo de Parceria**;
- j) promover ações para evitar evasão dos beneficiários atendidos pelo **Convênio ou Termo de Parceria**;
- k) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução do **Convênio ou Termo de Parceria**, para fins de acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;
- l) manter os recursos repassados em conta específica para o **Convênio ou Termo de Parceria**, aberta em Banco Oficial de onde somente serão sacados para pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante cheque nominativo ou ordem bancária, ou para aplicação no mercado financeiro;
- m) adotar todas as medidas necessárias ao bom desempenho da execução do **Convênio ou Termo de Parceria**, zelando pelo funcionamento e manutenção do material permanente e das instalações físicas, não permitindo o uso indevido dos equipamentos por pessoas estranhas ao Projeto e responsabilizando-se pela permanência dos mesmos no local;
- n) faculdade de denunciar ou rescindir o **Convênio ou Termo de Parceria** a qualquer tempo quando imputado a responsabilidade das obrigações ao **CONCEDENTE**;
- o) obrigação de devolver ao **CONCEDENTE** os bens remanescentes, na data da conclusão ou extinção do **Convênio ou Termo de Parceria**, desde que tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos em razão deste, quando tratar-se de contribuição corrente;
- p) compromete-se a **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital a se responsabilizar pela articulação, mobilização, inscrição de artesão atendidos em todas as ações do projeto;
- q) restituir ao **CONCEDENTE** o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, nos seguintes casos: o objeto não seja executado; não seja apresentada a prestação de contas parcial ou final no prazo estipulado; os recursos

sejam destinados a finalidade diversa da estabelecida no presente **Convênio ou Termo de Parceria**;

- r) observar as determinações da Instrução Normativa Conjunta SECON/SEFAZ/SEPLAN n. 01/2005, parte integrante deste instrumento independente de transcrição.

11. DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO.

- ✓ **1ª Parcela** – 40% do valor do **Convênio ou Termo de Parceria** (após publicação do instrumento no Diário Oficial do Estado, e entrega do plano de implementação das ações pactuadas).
- ✓ **2ª Parcela** – 30% do valor do **Convênio ou Termo de Parceria** (após a apresentação da prestação de contas referente a execução física e financeira da **primeira parcela**, devidamente comprovada com a apresentação de relatórios parciais de execução).
- ✓ **3ª Parcela** – 15% do valor do **Convênio ou Termo de Parceria** (após a apresentação da prestação de contas referente a execução física e financeira da **segunda parcela**, devidamente comprovada com a apresentação de relatórios parciais e finais de execução).
- ✓ **4ª Parcela** – até 15% do valor do **Convênio ou Termo de Parceria** (após a apresentação da prestação de contas referente a execução física e financeira da **terceira parcela**, devidamente comprovada com a apresentação de relatórios parciais e finais de execução).

12. CRONOGRAMA DE APLICAÇÃO.

12.1. Após a celebração de **Convênio ou Termo de Parceria** entre a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS e a **INSTITUIÇÃO** selecionada, com a devida publicação no Diário Oficial do Ceará, o repasse financeiro referente às etapas de execução do Projeto obedecerá aos termos do referido **Convênio ou Termo de Parceria**.

12.2. O repasse será coerente com as porcentagens de recebimento de recursos que a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS receberá do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE para execução do Projeto “Política Integrada de Economia Solidária” no Estado do Ceará. No Cronograma de Desembolso, os meses de repasse das parcelas poderá ser variado, tendo em vista o cronograma de execução das metas que pode ser antecipado ou retardado, de acordo com

a capacidade de execução da **INSTITUIÇÃO** selecionada, a interdependência de Metas e Atividades, contanto que o empenho comece e termine dentro do prazo de vigência do **Convênio ou Termo de Parceria** celebrado com a **INSTITUIÇÃO** selecionada.

12.3. A liberação de recursos será feita em 04 (quatro) parcelas, atendidas as exigências e realização dos produtos abaixo especificados, mediante prévia avaliação, aprovação e atestação técnico-financeira dos serviços constantes na fatura, conforme a seguir:

12.3.1. Primeira Parcela - Todos os Lotes

- ✓ Ofício solicitando a 1ª parcela, encaminhado ao Senhor Secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, contendo o número do **Convênio ou Termo de Parceria** assinado com a STDS e o número do Processo Administrativo firmado entre a SENAES/MTE e a STDS/CE;
- ✓ Após o empenho dos recursos, encaminhar Nota Fiscal discriminando o número do **Convênio ou Termo de Parceria ou Termo de Parceria** assinado com a STDS e o número do Processo Administrativo firmado entre a SENAES/MTE e a STDS/CE, o número e o valor da parcela com o percentual a ser pago;
- ✓ Originais e cópias para autuação dos seguintes documentos: CNPJ, FGTS, ISS, ICMS, INSS, Receita Federal, Dívida Ativa Estadual (PGE), CNDT e Dívida Ativa Municipal;
- ✓ Apresentação de instrumentais, documentos e metodologias de intervenção nos territórios, de acordo com as metas e etapas estabelecidas em cada LOTE, contendo:
 - Síntese da metodologia a ser utilizada na intervenção dos territórios para o processo de visitas de articulação, sensibilização e mobilização dos EES;
 - Síntese da metodologia a ser utilizada na elaboração de forma participativa do marco lógico, do plano de ação e do modelo de gestão do Centro Público de Referência;
 - Síntese da metodologia a ser utilizada na elaboração do diagnóstico inicial das potencialidades e iniciativas;
 - Síntese da metodologia a ser utilizada na mobilização e organização do Poder Público (estadual e municipal), dos parceiros e da Rede Cearense para divulgação das ações do projeto, dos seus aspectos primordiais;
 - Síntese da metodologia a ser utilizada no processo de seleção e contratação dos agentes de desenvolvimento, dos articuladores e do coordenador;
 - Síntese da metodologia a ser utilizada no processo estruturação das atividades econômicas dos EES;
 - Síntese da metodologia a ser utilizada no processo de incubação dos EES;

- Síntese da metodologia para a implantação de tecnologia social aliada à educação financeira e poupança popular para beneficiários do Programa Bolsa família;
- Síntese da metodologia a ser utilizada no processo de implantação das bases de serviços de apoio à comercialização e qualificação em compras governamentais nos territórios abrangidos;
- Síntese da metodologia a ser utilizada no processo de criação do selo da Economia Solidária para os EES apoiados, para agregar o valor ético, político e social aos produtos e serviços ao colocá-los no mercado;
- Síntese da metodologia ou estratégia adotada para o desenvolvimento das peças publicitárias e instrumentos de comunicação para uma nova economia;
- Síntese da metodologia a ser utilizada no processo de seleção e contratação dos agentes de crédito;
- Síntese da metodologia a ser utilizada para a realização dos seminários territoriais com o objetivo de fortalecer a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária;
- Síntese da metodologia a ser na implantação da tecnologia social de inclusão financeira aliada à educação financeira e poupança popular para beneficiários do Programa Bolsa Família e na assessoria técnica prestada as organizações microfinanceiras nos território;
- Síntese da metodologia a ser na implantação dos serviços de monitoramento e avaliação do projeto;
- Relação inicial da Equipe Técnica, conforme grade curricular explicitada no PROJETO BÁSICO;
- Entrega do Currículo e documentos comprobatórios (RG, CPF, certificados e ou diplomas, etc.) do Responsável Técnico pela Gestão do Projeto e do Responsável Pedagógico, quando, houver, pelo processo acompanhamento e supervisão das ações;
- Apresentação de cronograma de execução detalhado de cada intervenção; inclusive com a programação da capacitação; contendo os cursos e as turmas a serem realizadas.

12.3.2. Segunda Parcela - Todos os Lotes

- ✓ Ofício solicitando a 2ª parcela, encaminhado ao Senhor Secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, contendo o número do **Convênio ou Termo de Parceria ou Termo de Parceria** assinado com a STDS e o número do Processo Administrativo firmado entre a SENAES/MTE e a STDS/CE;
- ✓ Após o empenho dos recursos, encaminhar Nota Fiscal discriminando o número do

Convênio ou Termo de Parceria ou Termo de Parceria assinado com a STDS e o número do Processo Administrativo firmado entre a SENAES/MTE e a STDS/CE, o número e o valor da parcela com o percentual a ser pago;

- ✓ Originais e cópias para autuação dos seguintes documentos: CNPJ, FGTS, ISS, ICMS, INSS, Receita Federal, Dívida Ativa Estadual (PGE), CNDT e Dívida Ativa Municipal;
- ✓ Prestação de Contas em relação aos valores da parcela anterior, com a comprovação dos respectivos comprovantes das despesas efetuadas (pagamento de equipe técnica, de encargos, impostos e demais pagamentos e recolhimentos devidos) a Área Financeira da STDS;
- ✓ Apresentação de instrumentais e relatórios parciais de execução, de acordo com as metas e etapas estabelecidas em cada LOTE, contendo:
 - Apresentar apostilhas impressas e em CD contendo o conteúdo programático e metodológico das ações de capacitação;
 - Apresentar o currículo de cada instrutor/consultor/facilitador acompanhado de todos os documentos comprobatórios (RG, CPF, diplomas, certificados, etc.), responsáveis pela execução das ações desta fase;
 - Apresentar Relatório Parcial de realização das ações de visitas de articulação, sensibilização e mobilização dos EES, nos territórios atendidos;
 - Apresentar Relatório Parcial de realização das ações de elaboração do Marco Lógico, do Plano de Ação e do Modelo de Gestão do Centro Público de Referência;
 - Apresentar Relatório Parcial de realização das ações de elaboração do diagnóstico inicial das potencialidades e iniciativas dos EES nos territórios atendidos;
 - Apresentar Relatório Parcial de realização das ações de mobilização e organização do Poder Público (estadual e municipal), dos parceiros e da Rede Cearense para divulgação das ações do projeto, dos seus aspectos primordiais;
 - Apresentar Relatório Parcial de realização das ações de Relatório de realização das Ações de Capacitação para 62 agentes dos 03 (três) territoriais, com a realização de 03 oficinas de 30 horas aulas cada.
 - Apresentar Relatório Parcial de realização das Ações de Capacitação para os 06 agentes de crédito com vistas a expansão e sustentabilidade das iniciativas nos territórios;
 - Apresentar Relatório Parcial dos processos seletivos, inclusive com a relação dos nomes dos profissionais que participaram desse processo e o resultado final da seleção com os nomes dos profissionais a serem contratados por território, segundo as de ocupação que irão desempenhar no Projeto;

- Apresentar Relatório Parcial de realização das ações de estruturação das atividades econômicas dos EES;
- Apresentar Relatório Parcial de realização das ações de incubação dos EES;
- Apresentar Relatório Parcial de realização das ações de implantação de tecnologia social aliada à educação financeira e poupança popular para beneficiários do programa Bolsa família;
- Apresentar Relatório Parcial de realização das ações de implantação das bases de serviços de apoio à comercialização e qualificação em compras governamentais nos territórios abrangidos;
- Apresentar Relatório Parcial de realização das ações de criação do “Selo da Economia Solidária” para os EES apoiados, para agregar o valor ético, político e social aos produtos e serviços ao colocá-los no mercado.
- Apresentar Relatório Parcial de realização das ações de criação e desenvolvimento das peças publicitárias e instrumentos de comunicação com o desenvolvimento de um plano de mídia, confecção e impressão de instrumentos de comunicação (cartilhas, banners, folders, cartazes, panfletos, e spot para rádios, etc.) com vistas a divulgação de uma nova economia.;
- Apresentar Relatório Parcial de realização das ações “realização de seminários territoriais com o objetivo de fortalecer a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária”;
- Apresentar Relatório Parcial de realização das ações de implantação dos serviços de monitoramento e avaliação do projeto;

12.3.3. Terceira Parcela - Todos os Lotes

- ✓ Ofício solicitando a 3ª parcela, encaminhado ao Senhor Secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, contendo o número do **Convênio ou Termo de Parceria ou Termo de Parceria** assinado com a STDS e o número do Processo Administrativo firmado entre a SENAES/MTE e a STDS/CE;
- ✓ Após o empenho dos recursos, encaminhar Nota Fiscal discriminando o número do **Convênio ou Termo de Parceria ou Termo de Parceria** assinado com a STDS e o número do Processo Administrativo firmado entre a SENAES/MTE e a STDS/CE, o número e o valor da parcela com o percentual a ser pago;
- ✓ Originais e cópias para autuação dos seguintes documentos: CNPJ, FGTS, ISS, ICMS, INSS, Receita Federal, Dívida Ativa Estadual (PGE), CNDT e Dívida Ativa Municipal;
- ✓ Apresentar a Prestação de Contas em relação aos valores da parcela anterior, com a

comprovação dos respectivos comprovantes das despesas efetuadas (pagamento de equipe técnica, de encargos, impostos e demais pagamentos e recolhimentos devidos) a Área Financeira da STDS;

- ✓ Apresentação de instrumentais e relatórios parciais de execução, de acordo com as metas e etapas estabelecidas em cada LOTE, contendo:
 - Apresentar Relatório Final de realização das ações de visitas de articulação, sensibilização e mobilização dos EES, nos territórios atendidos;
 - Apresentar Relatório Final de realização das ações de elaboração do Marco Lógico, do Plano de Ação e do Modelo de Gestão do Centro Público de Referência;
 - Apresentar Relatório Final de realização das ações de elaboração do diagnóstico inicial das potencialidades e iniciativas dos EES nos territórios atendidos;
 - Apresentar Relatório Final de realização das ações de mobilização e organização do Poder Público (estadual e municipal), dos parceiros e da Rede Cearense para divulgação das ações do projeto, dos seus aspectos primordiais;
 - Apresentar Relatório Final de realização das ações de Relatório de realização das Ações de Capacitação para 62 agentes dos 03 (três) territoriais, com a realização de 03 oficinas de 30 horas aulas cada.
 - Apresentar Relatório Final de realização das Ações de Capacitação para os 06 agentes de crédito com vistas a expansão e sustentabilidade das iniciativas nos territórios;
 - Apresentar Relatório Final dos processos seletivos, inclusive com a relação dos nomes dos profissionais que participaram desse processo e o resultado final da seleção com os nomes dos profissionais a serem contratados por território, segundo as de ocupação que irão desempenhar no Projeto;
 - Apresentar Relatório Final de realização das ações de estruturação das atividades econômicas dos EES;
 - Apresentar Relatório Parcial de realização das ações de incubação dos EES;
 - Apresentar Relatório Parcial de realização das ações de implantação de tecnologia social aliada à educação financeira e poupança popular para beneficiários do programa Bolsa família;
 - Apresentar Relatório Parcial de realização das ações de implantação das bases de serviços de apoio à comercialização e qualificação em compras governamentais nos territórios abrangidos;
 - Apresentar Relatório Parcial de realização das ações de criação do “Selo da Economia Solidária” para os EES apoiados, para agregar o valor ético, político e social aos produtos e serviços ao colocá-los no mercado.

- Apresentar Relatório Parcial de realização das ações de criação e desenvolvimento das peças publicitárias e instrumentos de comunicação para uma nova economia;
- Apresentar Relatório Parcial de realização das ações “realização de seminários territoriais com o objetivo de fortalecer a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária e de Realização de Encontro Estadual da Rede de Economia Solidária”;
- Apresentação de Relatório Parcial de realização da ação de feiras territoriais de comercialização nos municípios onde serão instalados nos Centro de Referencia;
- Apresentar Relatório Parcial de realização das ações de implantação dos serviços de monitoramento e avaliação do projeto;
- Apresentar Relatório Parcial de realização das ações de manutenção e funcionamento dos Centros de Referencia de Economia Solidária;
- Apresentar Relatório Parcial de realização das Ações de Capacitação para a formação de 800 pessoas nos territórios de abrangência do projeto, com a realização de 80 oficinas de capacitação gerencial, com 10 participantes cada.
- Apresentação da Lista de Participantes das ações desta fase devidamente assinadas comprovando a execução das ações;
- Apresentação de Relatório Parcial de realização da ação de implantação dos serviços de Assessoria Técnica aos EES existentes nos territórios;
- Apresentação de Relatório Parcial de realização da ação de Prestação de assessoria técnica as organizações microfinanceiras nos territórios;
- Apresentar Relatório Parcial de realização das ações de implantação dos serviços de monitoramento e avaliação do projeto.

12.3.4. Quarta Fase: Apresentação de metodologias, estruturação, incubação e implantação de bases de comercialização de EES.

- ✓ Ofício solicitando a 4ª parcela, encaminhado ao Senhor Secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, contendo o número do **Convênio ou Termo de Parceria ou Termo de Parceria** assinado com a STDS e o número do Processo Administrativo firmado entre a SENAES/MTE e a STDS/CE;
- ✓ Após o empenho dos recursos, encaminhar Nota Fiscal discriminando o número do **Convênio ou Termo de Parceria ou Termo de Parceria** assinado com a STDS e o número do Processo Administrativo firmado entre a SENAES/MTE e a STDS/CE, o número e o valor da parcela com o percentual a ser pago;
- ✓ Originais e cópias para autuação dos seguintes documentos: CNPJ, FGTS, ISS, ICMS,

INSS, Receita Federal, Dívida Ativa Estadual (PGE), CNDT e Dívida Ativa Municipal;

- ✓ Apresentar a Prestação de Contas em relação aos valores da parcela anterior, com a comprovação dos respectivos comprovantes das despesas efetuadas (pagamento de equipe técnica, de encargos, impostos e demais pagamentos e recolhimentos devidos) a Área Financeira da STDS;
- ✓ Apresentação de instrumentais e relatórios parciais de execução, de acordo com as metas e etapas estabelecidas em cada LOTE, contendo:
 - Apresentar Relatório Final de realização das ações de incubação dos EES;
 - Apresentar Relatório Final de realização das ações de implantação de tecnologia social aliada à educação financeira e poupança popular para beneficiários do programa Bolsa família;
 - Apresentar Relatório Final de realização das ações de implantação das bases de serviços de apoio à comercialização e qualificação em compras governamentais nos territórios abrangidos;
 - Apresentar Relatório Final de realização das ações de criação do “Selo da Economia Solidária” para os EES apoiados, para agregar o valor ético, político e social aos produtos e serviços ao colocá-los no mercado, com produto aprovado pela STDS;
 - Apresentar Relatório Final de realização das ações de criação e desenvolvimento das peças publicitárias e instrumentos de comunicação para uma nova economia, com reprodução do material aprovado pela STDS;
 - Apresentar Relatório Parcial de realização das ações “realização de seminários territoriais com o objetivo de fortalecer a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária e de Realização de Encontro Estadual da Rede de Economia Solidária”;
 - Apresentação de Relatório Parcial de realização da ação de feiras territoriais de comercialização nos municípios onde serão instalados nos Centro de Referencia;
 - Apresentar Relatório Parcial de realização das ações de implantação dos serviços de monitoramento e avaliação do projeto;
 - Apresentar Relatório Parcial de realização das ações de manutenção e funcionamento dos Centros de Referencia de Economia Solidária;
 - Apresentar Relatório Final de realização das Ações de Capacitação para a formação de 800 pessoas nos territórios de abrangência do projeto, com a realização de 80 oficinas de capacitação gerencial, com 10 participantes cada.
 - Apresentação da Lista de Participantes das ações desta fase devidamente assinadas comprovando a execução das ações;
 - Apresentação de Relatório Parcial de realização da ação de implantação dos serviços de

Assessoria Técnica aos EES existentes nos territórios;

- Apresentação de Relatório Parcial de realização da ação de Prestação de assessoria técnica as organizações microfinanceiras nos territórios;
- Apresentar Relatório Parcial de realização das ações de implantação dos serviços de monitoramento e avaliação do projeto.

12.4. Apresentação de Relatórios Finais e Conclusivos de execução de todas as Metas e Etapas do Projeto.

- ✓ Apresentar Relatório Final com a realização de 03 seminários territoriais com o objetivo de fortalecer a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária e de Realização de Encontro Estadual da Rede de Economia Solidária;
- ✓ Apresentação de Relatório Final com a realização de 03 Feiras Territoriais de Comercialização, contemplando os EES dos municípios dos territórios atendidos;
- ✓ Apresentar Relatório Final de implantação dos serviços de monitoramento e avaliação do projeto;
- ✓ Apresentar Relatório Final de manutenção e funcionamento dos Centros de Referência de Economia Solidária;
- ✓ Apresentação de Relatório Final de implantação dos serviços de Assessoria Técnica aos EES existentes nos territórios;
- ✓ Apresentação de Relatório Final de realização da Prestação de Assessoria Técnica as organizações microfinanceiras nos territórios;
- ✓ Apresentar Relatório Final de realização das ações de implantação dos serviços de monitoramento e avaliação do projeto.
- ✓ Apresentação de Relatório Final com a metodologia e as ações de assessoria técnica prestada as 03 (três) organizações microfinanceiras nos territórios.
- ✓ Apresentação de Relatório Conclusivo de execução do Projeto.

13. REUNIÃO PRELIMINAR

13.1. Em até 15 (quinze) dias a contar da data de assinatura do **Convênio ou Termo de Parceria ou Termo de Parceria**, será realizada, em local e data a ser definida pela STDS/Coordenadoria de Desenvolvimento do Artesanato e Economia Solidária uma Reunião Preliminar, a qual será previamente comunicada à **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital.

13.2. Nesta reunião, a STDS/Coordenadoria de Desenvolvimento do Artesanato e Economia

Solidária esclarecerá à **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital todas as dúvidas relativas à execução dos serviços e disponibilizará eventuais documentos necessários ao início dos trabalhos, além de apresentar a definição dos territórios, municípios e etapas a serem executadas no projeto selecionado. Nesse momento, a **INSTITUIÇÃO** selecionada deverá apresentar os seguintes documentos:

1. Comprovantes do vínculo jurídico existente entre a **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital e os profissionais designados para a prestação de serviços de acompanhamento e avaliação dos processos decorrentes das ações a serem executadas, nomeados de acordo com critérios estabelecidos neste edital, através da apresentação de contratos de prestação de serviços, registro em carteira de trabalho e previdência social (CTPS) ou ficha de registro de empregado;
2. Plano estratégico de implantação das ações nos municípios a serem contemplados com o projeto;
3. Documentos comprobatórios dos perfis profissionais exigidos neste PROJETO BÁSICO. No caso de substituição dos profissionais apresentados no Plano de Trabalho original, o perfil do substituto deve ser do mesmo nível ou de nível superior ao do substituído;
4. Apresentar Declaração de Compromisso assumindo a responsabilidade na contratação de instrutores com perfis técnicos necessários a transmissão de conhecimento por ocasião da execução das ações constante do projeto, preferencialmente os de nível superior e com experiência em áreas correlatas as etapas a serem trabalhadas.

14. ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO

14.1. Para garantir à qualidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade social das ações previstas no Projeto “Política Integrada de Economia Solidária” do Estado do Ceará, por meio da contratação de profissionais com qualificação e conhecimentos adequados as atividades prevista, além da transparência e lisura na aplicação dos recursos, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, deverá contar com ações de acompanhamento, monitoramento, supervisão e avaliação.

14.2. Para tanto, indicará o Gerente de Célula **Antonio Carlos Cavalcante Azevedo** que será denominado gestor do projeto para acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução das obrigações com a **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital, devidamente designado para esse fim, sendo permitida a assistência de terceiros para acompanhar toda a execução pactuada no **Convênio ou Termo de Parceria**, podendo inclusive, contar com a Equipe Técnica de Coordenação do Projeto que, também, desenvolverá ações de acompanhamento da execução físico e financeira da

INSTITUIÇÃO vencedora do Edital, bem como de todos os itens do **Convênio ou Termo de Parceria** firmado entre as partes envolvidas.

ANEXO II - MODELO PARA CONSTRUÇÃO DO PROJETO TÉCNICO

1. DADOS CADASTRAIS DA ENTIDADE PROPONENTE

- NOME DA ENTIDADE (sem abreviaturas)
- NOME DE FANTASIA/SIGLA (caso tenha)
- CNPJ
- ENDEREÇO: (Indicar o endereço completo da entidade: rua, número, complemento, bairro)
- CIDADE:
- UF: (Unidade da Federação)
- CEP
- TELEFONE
- CONTA CORRENTE: Nº
- BANCO (nome e código do banco)
- AGÊNCIA (nome e código)
- PRAÇA DE PAGAMENTO (indicar o nome da cidade onde se localiza a agência bancária)

2. DADOS CADASTRAIS DO REPRESENTANTE LEGAL DA PROPONENTE

- NOME DO PRESIDENTE (sem abreviaturas)
- CARTEIRA IDENTIDADE/ÓRGÃO EXPEDIDOR/ DATA DE EXPEDIÇÃO/UF
- CPF
- ENDEREÇO RESIDENCIAL (indicar o endereço completo)
- CIDADE:
- TELEFONE
- E-MAIL
- UF (indicar o nome do estado)
- CEP

3. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

- NOME
- CARTEIRA IDENTIDADE/ÓRGÃO EXPEDIDOR/DATA DE EXPEDIÇÃO/UF
- CPF
- ENDEREÇO RESIDENCIAL (indicar o endereço completo)
- CIDADE/UF:
- TELEFONE;

- E-MAIL
- CEP
- FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (comprovadas)

4. RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROJETO (coordenação técnica)

- NOME
- CARTEIRA IDENTIDADE/ÓRGÃO EXPEDIDOR/DATA DE EXPEDIÇÃO
- CPF
- ENDEREÇO RESIDENCIAL (indicar o endereço completo)
- CIDADE:
- TELEFONE;
- E-MAIL
- CEP
- FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (comprovadas)

5. DESCRIÇÃO DO PROJETO:

- TÍTULO DO PROJETO
- PERÍODO DE EXECUÇÃO (INÍCIO E TÉRMINO)
- IDENTIFICAÇÃO DA MODALIDADE DE ATENDIMENTO: (identificar a modalidade pretendida de acordo com o que está estabelecido no AnexoI)
- PÚBLICO ALVO
- ÓRGÃO CONCEDENTE:

6. JUSTIFICATIVA

A justificativa deve fundamentar a pertinência e relevância do projeto como resposta a uma demanda da sociedade. Na justificativa se enfoca a situação problema que o projeto pretende enfrentar, demonstrando a relação de causa e efeito no cotidiano do público alvo. Se traduz em por que executar o projeto. Deverá destacar os benefícios da sua implementação para o público alvo, ressaltando os impactos sociais do projeto e as transformações positivas e duradouras esperadas. O texto deverá ser claro, objetivo, explicitando a realidade social e local através de dados estatísticos e de indicadores sociais, sinalizando o cenário de vulnerabilidades e riscos sociais. Responder este item no máximo em 3 laudas.

7. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

Identificar o fim, ou seja, o resultado que se quer atingir através das ações que o projeto irá desenvolver junto ao público alvo. Os objetivos deverão ser quantificados e qualificados.

8. MARCO CONCEITUAL

Explicitar de forma clara e precisa o referencial teórico, os princípios e diretrizes que norteiam o projeto, descrevendo os itens abaixo:

- Referencial Teórico que fundamenta o projeto (citar os autores);
- Marco legal (Fundamentação com base no ECA, PNAS, NOB/SUAS, SINASE, Política Nacional do Idoso, Estatuto do Idoso, do PCD, Sistema de Garantia de Direitos, Política Nacional de Economia Solidária, outros).

9. METODOLOGIA EMPREGADA

(explicitar o princípio metodológico que norteia o projeto, explicitando etapas ou fases de construção. Explicitar com clareza e precisão, a forma de como será operacionalizado o projeto, conforme itens abaixo:

- Metodologia adotada no projeto (como será realizado o trabalho de mobilização, mapeamento, gestão do centro, capacitação, seminários, feiras, bases de serviços, de comercialização, tecnologia microfinanceira, incubação, seleção e contratação de equipe, etc.);
- Apresentação dos instrumentais e ferramentas (documentos, fichas, questionários, sistemas, etc.) utilizados no controle das atividades do projeto

10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO

O monitoramento deverá observar como está se processando o desenvolvimento do projeto, qual o alcance dos objetivos e o impacto das ações junto aos usuários.

Objetivos	Metas por objetivos	Indicador de resultados	Meios de verificação	Periodicidade

11. CAPACIDADE INSTALADA

(relação das estruturas física, instalações e equipamentos suficientes e adequados para o desenvolvimento das ações do projeto)

12. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA-FINANCEIRA

Expressar às atividades a serem desenvolvidas, o quantitativo de atendimento em cada uma (meta) e recurso gasto em cada uma das atividades.

Meta	Etapa	Atividade	2012													
			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
Meta	Etapa	Atividade	2013													
			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		

13. EQUIPE DE EXECUÇÃO DO PROJETO

(descrever: nome – função – formação profissional e tempo de experiência que deverá ser acompanhada de curriculum Vitae)

14. CRONOGRAMA DE APLICAÇÃO (indicar os valores em reais R\$1,00)

Elemento de Despesas	2012															
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez				
Elemento de Despesas	2013															
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez				

15. PLANO DE APLICAÇÃO

Especificação da ação por Item de despesa	Concedente	MTE	Total

16. LOCAL E DATA E ASSINATURA DO PROPONENTE

ANEXO III - MODELO DO PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO				FOLHA: 01/03	
1 - DADOS CADASTRAIS					
Nome da Instituição :				CNPJ:	
Endereço:					
Cidade:		UF:	CEP:	DDD/Fone:	
Conta Corrente:		Banco:	Agência:	Praça de Pagamento:	
Nome do Responsável:				CPF:	
RG:		Cargo:	Função:	Matrícula:	
Endereço:				CEP:	
2 - OUTROS PARTICIPES (NÃO PREENCHER)					
Nome:				CGC/CPF:	
Endereço:				CEP:	
3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO					
Título do Projeto:				Período de Execução:	
Identificação do Objeto:					
Justificativa da Proposição:					

8 – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da proponente declaro junto a Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social, conforme o caso, para os efeitos e sob pena da Lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência perante o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da administração Estadual que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no Orçamento Estadual na forma deste Plano de Trabalho.

Pede Deferimento.

Fortaleza,

Assinatura do proponente

9 – APROVAÇÃO DO CONCEDENTE

Local e data

Concedente

ANEXO IV - FATORES DE PONTUAÇÃO TÉCNICA: CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO E PONTUAÇÃO

1. CRITÉRIOS PARA ANÁLISE E PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS

Instituição _____

Projeto: _____

Fatores de Pontuação - Critérios e Subcritérios			
F1 – Estrutura Técnica da Proposta		Pontos	Peso
1.1	<p>Pertinência da proposta face ao escopo deste Aviso.</p> <p>O primeiro critério é mais amplo e o mais óbvio. Pretende afastar de imediato qualquer proposta que seja incompatível com o objeto e com a finalidade no Edital</p>	0 a 5	2
1.2	<p>Enfoque metodológico e Plano de Trabalho.</p> <p>1. Análise do enfoque, métodos, áreas de trabalho e atividades previstas e sua consistência e correspondência com o Plano de Trabalho proposto quanto a:</p> <p>a) Nível de descrição e dimensão das áreas e atividades a serem desenvolvidas para alcançar os resultados previstos;</p> <p>b) Métodos e técnicas propostas para realizar as atividades previstas neste Projeto Básico; e,</p> <p>c) Natureza e alcance das atividades relacionadas com aspectos chave da proposta, como: indicadores de efetividade social e política, acompanhamento pedagógico das ações, articulação institucional, detalhamento das metas e ações serem trabalhadas nos municípios atendidos pelo projeto, entre outros.</p> <p>2. Análise e classificação da forma, conteúdo, detalhes e consistência do projeto técnico quanto a:</p> <p>a) Apresentação do organograma do pessoal (executivo e técnico) e do cronograma detalhado das atividades previstas;</p> <p>b) Distribuição dos recursos humanos para as atividades da equipe chave e de outros profissionais que se fizerem necessários.</p> <p>3. Apresentação geral da Proposta no que se relaciona ao conceito geral e cobertura do Projeto Básico.</p>	0 a 5	2
1.3	<p>Adequação da Metodologia para a implantação de modelo governança</p>	0 a 5	2

	<p>do projeto e as estratégias e mecanismos de constituição e fortalecimento de redes de intercâmbio, promoção e divulgação da economia solidária e com a implantação dos serviços de monitoramento e avaliação do projeto.</p> <p>Para que os empreendimentos solidários construam sua sustentabilidade econômica, é preciso que se fortaleçam mutuamente, pois do contrário a tendência é a extinção do grupo. Por isso, é importante mapear e identificar esses empreendimentos e as atividades econômicas por eles desenvolvidas e implantar modelos de governança e de monitoramento e avaliação eficientes das atividades econômicas solidárias desenvolvidas. Mesmo a dinâmica da economia capitalista demonstra que atuar em rede fortalece as atividades desenvolvidas pelos grupamentos econômicos; portanto, com mais razão, é importante averiguar nas propostas submetidas ao Edital à capacidade de formar e fortalecer redes de empreendimentos econômicos solidários, a partir da realidade local, com o desenvolvimento de modelo de governança, a adoção de modernas técnicas de marketing e comercialização e monitoramento da atividade para garantir os objetivos do projeto.</p>		
1.4	<p>Adequação da Metodologia para a implantação do processo de sensibilização e mobilização do poder público, dos parceiros e EES para a importância da Economia Solidária na região com fator de geração de ocupação e renda e a adoção de estratégias e mecanismos para a realização do processo de formação da equipe de multiplicadores para garantir a sustentabilidade e a continuidade das ações do projeto, viabilizando as iniciativas de fomento a economia solidária, bem como da estruturação e fortalecimento de bases de serviços de formação e assessoria técnica adequada às necessidades de EES com a implantação de serviços permanente de formação e a estruturação de bases de serviços de apoio a comercialização solidária para os empreendimentos incubados e assessorados, com a promoção, divulgação, assistência técnica e comercialização solidária.</p> <p>Os princípios metodológicos devem promover a participação dos beneficiários na gestão do projeto, estimulando sua atuação como multiplicadores na implementação do mesmo. Observar se o projeto apresenta potencialidade para desenvolver ações contínuas e permanentes na área de abrangência. Verificar os instrumentos que serão utilizados no</p>	0 a 5	2

	<p>processo de divulgação dos produtos da economia solidária como forma de agregar o valor ético, político e social aos produtos e serviços colocados no mercado. Analisar ainda nas propostas apresentadas as estratégias utilizadas no processo de comercialização, verificando quais instrumentos e canais serão utilizados para ampliar a capacidade de vendas dos EES, com vistas ao acesso ao Sistema Nacional de Comercio Justo e Solidário e Acesso as Compras Governamentais.</p>		
1.5	<p>Adequação de metodologia no processo de incubação de empreendimentos Econômicos Solidários – EES, em todas as suas etapas com vistas à conquista de autonomia organizativa e viabilidade econômica.</p> <p>Analisar a metodologia apresentada verificando a pertinência do processo de incubação para os Empreendimentos econômicos solidários, a sustentabilidade, autonomia e viabilidade econômica dos empreendimentos encubados.</p>	0 a 5	2
1.6	<p>Consistência das metodologias de comunicação e difusão dos conceitos e estratégias de desenvolvimento das finanças solidárias com base nos fundos rotativos solidários de fundos rotativos solidários ou em iniciativas correlatas de microfinanças; cooperativismo de credito; projetos alternativos comunitários, fundos de mini-projetos nos territórios.</p> <p>Indica possibilidades de que a experiência venha a ser replicada em outra localidade ou outros grupos. Apresentar estratégias de atuação: intermunicipal, territorial e /ou estadual. Verificar utilização de metodologias de finanças solidárias de proximidade, além do desenvolvimento e implantação de Tecnologia Social de Inclusão Financeira aliada à educação financeira e poupança popular para beneficiários do Programa Bolsa Família, sistematizando a metodologia e resultados. Verificar ainda o processo de capacitação da equipe de analistas de crédito e os mecanismos e estratégias a serem utilizados na manutenção dos Fundos Rotativos de Crédito.</p>	0 a 5	2
Máximo de pontuação F1 (pontos x pesos)		60 pontos	
F2 – Qualificação e Experiência da INSTITUIÇÃO		Pontos	Peso
2.1	<p>Experiência específica da INSTITUIÇÃO relacionada ao Serviço.</p> <p>1. Experiência da INSTITUIÇÃO deverá ser avaliada através da comprovação da INSTITUIÇÃO de possuir em seu nome, na data da licitação, atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou</p>	0 a 5	2

	<p>privado, de acordo com os critérios objetivos abaixo:</p> <p>a) Atestados técnicos que comprove experiência da INSTITUIÇÃO na execução de projetos de apoio e fomento a economia solidária e qualificação social e profissional. (02 atestados).</p> <p>b) Atestados técnicos que comprove experiência da INSTITUIÇÃO na execução de ações similares ao objeto do Edital. (03 atestados).</p>		
2.2	<p>Qualificação e competência da equipe chave para o serviço</p> <p>1. Responsável Técnico pelo Projeto, com experiência mínima de 5 (cinco) anos em gerência, coordenação, planejamento em programas/projetos de qualificação social e profissional, públicos ou privados. É desejável experiência em área vinculadas aos temas que compõem o conteúdo das atividades propostas.</p> <p>2. Coordenador Pedagógico, com experiência mínimo de 5 (cinco) anos de experiência em coordenação pedagógica em programas/projetos de qualificação social e profissional e desenvolvimento de empreendimentos econômicos públicos ou privados.</p> <p>3. Técnico de Nível Superior, com experiência de até 5 (cinco) anos no desenvolvimento de atividades de acompanhamento de ações de Qualificação Social e Profissional e similares ao Objeto do Projeto.</p>	0 a 5	2
2.3	<p>Comprovação de parcerias na execução de projeto especificamente relativa às metas e ações constantes em cada LOTE.</p> <p>Com vistas a garantir sua sustentabilidade, é importante averiguar se projeto conta com o envolvimento de outras organizações no seu planejamento e na sua execução e com outras políticas públicas desenvolvidas no território.</p> <p>Obs: Compreende-se por parceria a atuação conjunta com outra(s) entidade(s) da sociedade civil ou com instituições governamentais, por meio de instrumentos de cooperação técnica, convênios, termos de parceria, termos de cooperação e outros instrumentos similares que comprovem efetiva parceria na execução das ações acima listadas.</p>	0 a 5	1
2.4	<p>Experiência na elaboração e sistematização de programa e projetos.</p> <p>Contempla estratégias/instrumentos de monitoramento e avaliação a serem realizadas em conjunto com os/as participantes.</p>	0 a 5	1
Máximo de pontuação F2 (pontos x pesos)		30 pontos	
F3 – Orçamento e cronograma físico financeiro		Pontos	Peso
3.1	Consistência e adequação do orçamento proposto às atividades a serem	0 a 5	1

	desenvolvidas Responsabilidade no uso do recurso público		
3.2	Consistência e adequação do cronograma físico-financeiro às atividades as serem desenvolvidas Responsabilidade no uso do recurso público	0 a 5	1
Máximo de pontuação F3 (pontos x pesos)		10 pontos	
Total Geral de Pontos (F1 + F2 + F3) - pontos x pesos		100 pontos	

As notas de cada um dos itens do Edital devem ser atribuídos entre 0 e 5, sendo utilizados como parâmetro para aferir a pontuação ou nota de cada item e subitem, o seguinte referencial abaixo:

0 - A proposta não está qualificada considerando-se o critério descrito no item.

1 - A proposta apresenta um Baixo índice de qualidade com relação ao critério descrito no item

2 - A proposta apresenta um Regular índice de qualidade com relação ao critério descrito no item.

3 - A proposta apresenta um Bom índice de qualidade com relação ao critério descrito no item.

4 - A proposta apresenta um Ótimo índice de qualidade com relação ao critério descrito no item.

5 - A proposta apresenta um Alto índice de qualidade com relação aos critérios descritos no item.

Fortaleza, _____, _____ de 2012

Presidente da CTSC

Responsável pela Análise do Projeto

2. CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DA PONTUAÇÃO FINAL E SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

I. A nota final das propostas será obtida pelo somatório das notas obtidas nos critérios F1, F2 e F3 de que trata a Cláusula 8.3.4 do Edital – e constantes no Item 1, do presente Anexo;

II. A nota do critério F1 será resultante do somatório das notas dos subcritérios 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5 e 1.6, de que trata o Item 1, do presente Anexo;

III. A nota do critério F2 será resultante do somatório das notas dos subcritérios 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4 de que trata o Item 1, do presente Anexo;

IV. A nota do critério F3 será resultante do somatório das notas dos subcritérios 3.1 e 3.2 de que trata o Item 1, do presente Anexo;

V. Será eliminada da Chamada Pública a proposta que se enquadrar em pelo menos uma das condições a seguir:

1 – obtiver pontuação inferior a 30 (trinta) pontos no total do critério F1;

2 - obtiver pontuação inferior a 15 (quinze) pontos no total do critério F2;

3 - obtiver pontuação inferior a 05 (cinco) pontos no total do critério F3;

4 - obtiver pontuação inferior a 50 (cinquenta) pontos na soma das notas do conjunto dos critérios.

VI. As propostas não eliminadas na forma do item anterior serão ordenadas de acordo com os pontos decrescentes da nota final do conjunto dos critérios;

VII. Em caso de empate na nota final, terá preferência a proposta que na ordem a seguir, sucessivamente, obtiver:

1 - a maior pontuação no critério F1;

2 - a maior pontuação no critério F2;

3 - a maior pontuação no critério F3;

4 - a maior pontuação no subcritério F1 -1.2.

VIII. Persistindo o empate, terá preferência a proposta da entidade com mais tempo de experiência na execução de objeto semelhantes ao do Projeto.

ANEXO V - MODELO DECLARAÇÃO DE MORA

DECLARAÇÃO

Instituição _____,
CNPJ nº _____, com endereço sito _____

Bairro _____, CEP _____, com domicílio fiscal na cidade de _____, declara, para os fins de prova e a quem possa interessar e sob pena do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que não está em situação de mora ou inadimplência perante qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual.

Fortaleza, ____ de _____ de 2012

Assinatura do representante legal da **Instituição**

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA NO QUADRO DE PESSOAL DA INSTITUIÇÃO DE SERVIDORES DA STDS

DECLARAÇÃO

Instituição _____,
CNPJ _____, com endereço sito a _____

Bairro _____, CEP _____, com domicílio fiscal na cidade de _____,
representada neste ato pelo (a) senhor (a) _____

CPF _____, brasileiro, estado civil,
residente e domiciliado na Cidade de _____, Estado _____, à Rua

Bairro _____, CEP _____, seu representante legal, declara para os fins a quem possa
interessar que não existe na equipe técnica desta **Instituição** servidores da Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social e terceirizados que prestam serviços na referida Secretaria.

Fortaleza, ___ de _____ de 2012

Assinatura do representante legal da **Instituição**

ANEXO VII - MODELO DECLARAÇÃO DE MORA

DECLARAÇÃO

Instituição _____,

CNPJ _____, com endereço sito a _____

Bairro _____, CEP _____, com domicílio fiscal na cidade de _____, declara, para os fins de prova e a quem possa interessar e sob pena do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que não está em situação de mora ou inadimplência perante qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual.

Fortaleza, ____ de _____ de 2012

Assinatura do representante legal da **Instituição**

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL PEDAGÓGICO DO PROJETO

DECLARAÇÃO

Declaramos que _____,
Rg nº _____, profissão _____, faz parte do
quadro permanente de pessoal desta **Instituição** _____,
sendo o responsável pedagógico das ações do Projeto de Economia Solidária constantes no Plano de
Trabalho.

(anexar currículo e contrato de trabalho)

Fortaleza, __ de _____ de 2012

Atenciosamente,

Representante legal

ANEXO IX - CONHECIMENTO DO PROJETO BÁSICO

Instituição _____,

CNPJ _____, com endereço sito a _____

_____, Bairro _____,

CEP _____, com domicílio fiscal na Cidade de _____,

representada neste ato pelo (a) senhor (a) _____

CPF _____, seu representante legal, **DECLARA**, expressamente, que tem pleno

conhecimento das ações de apoio e fomento a economia solidária do ceará a serem executadas objeto do Edital de Chamada Pública nº 03/2012, do **PROJETO BÁSICO** e seus anexos, e:

a) concorda, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, estabelecidas no Edital de Chamada Pública nº 03/2012, do **PROJETO BÁSICO** e seus anexos;

b) compromete-se, desde já, a substituir ou aumentar a quantidade dos equipamentos e do pessoal, sempre que assim seja necessário para manter níveis adequados dos indicadores de qualidade pedagógica;

c) na execução das ações constantes no Projeto observar, rigorosamente, as especificações apresentadas pela Coordenadoria de Desenvolvimento do Artesanato e Economia Solidária, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela realização dos trabalhos em conformidade com as especificações contidas no Edital de Chamada Pública nº 03/2012, do **PROJETO BÁSICO** e seus anexos e demais documentos apresentado pela CAES.

Fortaleza, ____ de _____ de 2012

Representante Legal

ANEXO X - DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EXECUÇÃO DO PROJETO

DECLARAÇÃO

Declaramos que _____,
Rg nº _____, profissão _____, faz parte do
quadro permanente de pessoal desta **Instituição** _____,
sendo o responsável técnico para execução de ações de constantes no Plano de Trabalho.
(anexar currículo e contrato de trabalho)

Fortaleza, __ de _____ de 2012

Atenciosamente,

Representante legal

ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO NÃO TRABALHO INFANTIL

DECLARAÇÃO

Instituição _____,
CNPJ _____, com endereço sito a _____
_____, Bairro _____,
CEP _____, com domicílio fiscal na Cidade de _____,
representada neste ato pelo (a) senhor (a) _____
CPF _____, seu representante legal, **DECLARA**, sob as penas da Lei, em
atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal, que não
emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Declara, outrossim, que também não há empregados menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

Fortaleza, ___ de _____ de 2012

Representante Legal

ANEXO XII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA NO QUADRO DE DIRIGENTES DA INSTITUIÇÃO, DE SERVIDORES COM VÍNCULO NO PODER PÚBLICO

DECLARAÇÃO

Instituição _____,
CNPJ _____, com endereço sito a _____
_____, Bairro _____,
CEP _____, com domicílio fiscal na cidade de _____, representada
neste ato pelo (a) senhor (a) _____,
CPF _____, brasileiro, estado civil, residente e domiciliado na cidade de
_____, Estado _____, à Rua _____
_____, CEP _____, seu
representante legal, declara para os fins a quem possa interessar que não possui em seu quadro de
dirigentes: membro dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público, do
Tribunal de Contas do Estado, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, bem
como seus respectivos cônjuges, companheiros, e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade
até o 2º grau.

Fortaleza, ___ de _____ de 2012.

Assinatura do representante legal da **Instituição**

ANEXO XIII - MODELO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E TEMPO DE EXISTÊNCIA

Atestamos para fins de Capacitação Técnica que a _____
_____, com CNPJ de nº _____,
situado a _____,
Bairro _____, CEP _____ tendo como representante
legal o Sr. _____, portador do
RG nº _____, inscrito no CPF nº _____, tem como finalidade
estatutária o desenvolvimento de Estudos e pesquisas sobre o mercado de trabalho, ações de
qualificação social e profissional, apoio a projetos produtivos e de geração de ocupação e renda,
conforme consta em seus Estatutos Sociais – Artigo _____ com comprovada experiência e
reconhecida capacidade há _____ anos.

Fortaleza, _____ de _____ de 2012.

Representante Legal

ANEXO XIV - MODELO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

Atestamos para fins de Capacitação Técnica que a _____
_____, com CNPJ de nº _____,
situado a _____,
Bairro _____, CEP _____ tendo como representante legal o Sr.
_____, portador do RG nº _____,
inscrito no CPF nº _____ executou ações de apoio e fomento a economia
solidária e ações de qualificação social e profissional através do projeto ***(nome do projeto)***
desenvolvido em parceria com esta **Instituição**, tendo apresentado comprovada experiência e
reconhecida capacidade nas ações desenvolvidas.

Fortaleza, _____ de _____ de 2012.

Representante Legal

**Esta Declaração poderá ser substituída pela apresentação de: contratos, convênios, Termos de
Cooperação Técnica e outros que comprovem o objeto do Atesto.**

ANEXO XV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE DA INSTITUIÇÃO DE FAZER PARCERIAS INSTITUCIONAIS.

Atestamos para fins de Capacitação Técnica que a _____
_____, com CNPJ de nº _____,
situado a _____,
Bairro _____, CEP _____ tendo como representante legal o Sr.
_____, portador do RG nº _____,
inscrito no CPF nº _____ executou ações em Parceria com esta **Instituição** ,
tendo apresentado comprovada experiência e reconhecida capacidade nas ações que desenvolve.

Fortaleza, _____ de _____ de 2012.

Representante Legal

Esta Declaração poderá ser substituída pela apresentação de: contratos, convênios, Termos de Cooperação Técnica e outros que comprovem o objeto do Atesto.

ANEXO XVII - MINUTA DO CONVÊNIO OU TERMO DE PARCERIA

Convênio ou Termo de Parceria n° / 2012 – STDS

TERMO DE CONVÊNIO OU TERMO DE PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – STDS, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SDA E O (A) _____, PARA O FIM NELE INDICADO.

O ESTADO DO CEARÁ, através da **SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, CNPJ n.º08.675.169/0001-53, **CONCEDENTE**, com sede nesta Capital, na Rua Soriano Albuquerque n.º230 – Joaquim Távora, representada por seu Secretário, Evandro Sá Barreto Leitão, RG n.º2006002098598 - SSP/CE, CPF n.º258.837.043-87, e a **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**, CNPJ n.º 07.954.563/0001-68, **INTERVENIENTE**, com sede nesta Capital, na Avenida Bezerra de Menezes, n.º 18 - São Geraldo, representada por seu Secretário, Antônio Rodrigues de Amorim, RG n.º 1106633 SSP/CE, CPF n.º 163.496.443-87 e o(a) _____, CNPJ n.º _____, **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital, com sede na _____ n.º _____, Fortaleza, Ceará, por sua Representante Legal _____, RG n.º _____ – SSPCE e CPF n.º _____, **RESOLVEM** celebrar o presente **Convênio ou Termo de Parceria**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente **Convênio ou Termo de Parceria** é celebrado com base no Processo n.º _____, na Lei Estadual n.º 13.553, de 29 de dezembro de 2004, no Decreto Estadual n.º27.953/2005, na Instrução Normativa Conjunta SECON/SEFAZ/SEPLAN N.º 01/2005, de 27 de janeiro de 2005, D.O de 31/01/2005 e dispositivos do art. 116 da Lei Federal n.º. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e no Edital de Chamada Pública n.º 03/2012 e no mais que conste da legislação pertinente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

Constitui objeto do presente **Convênio ou Termo de Parceria** a execução do Projeto _____, cujo objetivo é _____, executado conforme o Plano de Trabalho devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – METAS DE ATENDIMENTO

A **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital se obriga a cumprir as metas de atendimento indicadas no Cronograma de Execução constante do Plano de Trabalho, parte integrante do presente instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O **CONCEDENTE**, por força deste **Convênio ou Termo de Parceria**, transferirá à **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital recursos financeiros no valor total de **RS** _____ (_____), que serão repassados conforme estabelecido no Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho, e que correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

47100003.11.334.049.19790.02.339030.10.1

47100003.11.334.049.19790.02.339035.10.1

47100003.11.334.049.19790.02.339039.10.1

47100003.11.334.049.19790.04.339030.10.1

47100003.11.334.049.19790.04.339035.10.1

47100003.11.334.049.19790.04.339039.10.1

47100003.11.334.049.19790.06.339030.10.1

47100003.11.334.049.19790.06.339035.10.1

47100003.11.334.049.19790.06.339039.10.1

47100003.11.334.049.19790.02.339030.82.1

47100003.11.334.049.19790.02.339035.82.1

47100003.11.334.049.19790.02.339039.82.1

47100003.11.334.049.19790.04.339030.82.1

47100003.11.334.049.19790.04.339035.82.1

47100003.11.334.049.19790.04.339039.82.1

47100003.11.334.049.19790.06.339030.82.1

47100003.11.334.049.19790.06.339035.82.1

47100003.11.334.049.19790.06.339039.82.1

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. O CONCEDENTE obrigar-se-á:

- a) garantir os recursos financeiros para a execução deste **Convênio ou Termo de Parceria**, de acordo com o Cronograma de Desembolso estabelecido no Plano de Trabalho, observando a disponibilidade financeira e as normas legais pertinentes;
- b) exigir, por ocasião de cada repasse financeiro à **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital, apresentação de Certidão Negativa de Débito – CND expedida pelo INSS, de Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PFN, de Certidão Negativa de Débitos Estaduais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão Negativa de Débitos Municipais, todas devidamente atualizadas;
- c) acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as metas a serem executadas pela **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital, zelando pelo cumprimento de todas as suas Cláusulas, através de procedimentos que visem o Desenvolvimento Técnico Pedagógico, designados pela Secretaria;
- d) fixar e dar ciência a **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital dos procedimentos técnicos e

operacionais que regem a execução do objeto deste **Convênio ou Termo de Parceria**, apoiando a execução dos mesmos e prestando a necessária assistência à **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital;

- e) transferir ou assumir a responsabilidade pelo **Convênio ou Termo de Parceria**, no caso de paralisação ou fato relevante que venha a ocorrer, com o fim de evitar a descontinuidade dos serviços;
- f) examinar e aprovar as prestações de contas dos recursos a serem alocados, assim como as excepcionais propostas de reformulações no Plano de Trabalho;
- g) fazer avaliação das metas do projeto no mínimo trimestralmente, emitindo relatórios parciais de execução física ou a prestação de contas por ocasião do desembolso de parcelas;
- h) certificar-se de que a **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital está adimplente em relação à prestação de contas de recursos recebidos junto a outros órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, no caso de subvenções sociais;
- i) exigir, no máximo, quadrimestralmente relatório de execução físico-financeira das atividades realizadas, comprovando-as.
- j) exigir, por ocasião da assinatura do presente **Convênio ou Termo de Parceria**, toda a documentação prevista na legislação pertinente;

5.2. A INTERVENIENTE, por seu turno, obrigar-se-á:

- a) acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as metas a serem executadas pela **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital, zelando pelo cumprimento de todas as suas Cláusulas, através de procedimentos que visem a fiel execução das ações pactuadas;
- b) fixar e dar ciência a **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital dos procedimentos técnicos e operacionais que regem a execução do objeto deste **Convênio ou Termo de Parceria**, apoiando a execução dos mesmos e prestando a necessária assistência à **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital;
- c) Disponibilizar infraestrutura para a instalação dos Centros de Referência de Economia Solidária
- d) Disponibilizar apoio logístico, operacional e de gestão para a execução de ações conjuntas do Projeto, envolvendo a STDS e SDA.

5.3. A INSTITUIÇÃO selecionada, por seu turno, obrigar-se-á:

- a) sob a orientação do **CONCEDENTE**, gerenciar e coordenar, as ações concernentes ao objeto do presente Instrumento;
- b) comprovar a aplicação dos recursos financeiros de conformidade com o Plano de Trabalho;

- c) apresentar Certidão Negativa de Débito – CND expedida pelo INSS, de Certificado de Regularidade do FGTS- CRF, de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PFN, de Certidão Negativa de Débitos Estaduais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão Negativa de Débitos Municipais, todas devidamente atualizadas, por ocasião do recebimento de cada parcela;
- d) responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da execução deste **Convênio ou Termo de Parceria**, inclusive os trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, dentre outros;
- e) oferecer ao público beneficiário/assistido condições de aproveitamento de aprendizagem durante sua permanência na **INSTITUIÇÃO**;
- f) aplicar os recursos transferidos pelo **CONCEDENTE**, exclusivamente, na execução das ações pactuadas constantes do Plano de Trabalho;
- g) apresentar, no máximo, quadrimestralmente, relatório de execução físico-financeira das atividades realizadas ou por ocasião do recebimento de parcelas;
- h) manter arquivo individualizado de toda documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude deste **Convênio ou Termo de Parceria**, durante 5 (cinco) anos;
- i) propiciar aos técnicos credenciados pelo **CONCEDENTE** todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, à supervisão, ao controle e à fiscalização da execução deste **Convênio ou Termo de Parceria**;
- j) promover ações para evitar evasão dos beneficiários atendidos pelo **Convênio ou Termo de Parceria**;
- k) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste **Convênio ou Termo de Parceria**, para fins de acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;
- l) manter os recursos repassados em conta específica para este **Convênio ou Termo de Parceria**, aberta em Banco Oficial de onde somente serão sacados para pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante cheque nominativo ou ordem bancária, ou para aplicação no mercado financeiro;
- m) adotar todas as medidas necessárias ao bom desempenho da execução deste **Convênio ou Termo de Parceria**, zelando pelo funcionamento e manutenção do material permanente e das instalações físicas, não permitindo o uso indevido dos equipamentos por pessoas estranhas ao Programa e responsabilizando-se pela permanência dos mesmos no local;
- n) faculdade de denunciar ou rescindir o **Convênio ou Termo de Parceria** a qualquer tempo quando imputado a responsabilidade das obrigações ao **CONCEDENTE**;

- o) obrigação de devolver ao **CONCEDENTE** os bens remanescentes, na data da conclusão ou extinção do **Convênio ou Termo de Parceria**, desde que tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos em razão deste, quando tratar-se de contribuição corrente;
- p) compromete-se a **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital a se responsabilizar pela articulação, mobilização, inscrição de educandos atendidos pelos projetos quando se tratar de ações de Qualificação Social e Profissional;
- q) restituir ao **CONCEDENTE** o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, nos seguintes casos: o objeto não seja executado; não seja apresentada a prestação de contas parcial ou final no prazo estipulado; os recursos sejam destinados a finalidade diversa da estabelecida no presente **Convênio ou Termo de Parceria**;
- r) observar as determinações da Instrução Normativa Conjunta SECON/SEFAZ/SEPLAN n. 01/2005, parte integrante deste instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA SEXTA – LIBERAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

6.1. Os recursos para a cobertura das despesas decorrentes deste **Convênio ou Termo de Parceria**, serão liberados a **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho e obedecerá à programação financeira do Governo Estadual;

6.2. Os recursos serão mantidos na conta bancária específica indicada no Plano de Trabalho, de onde somente serão sacados para o pagamento das despesas previstas ou para aplicação no mercado financeiro;

6.3. Enquanto não empregados na consecução do objeto do **Convênio ou Termo de Parceria**, os recursos transferidos serão obrigatoriamente aplicados:

- a) em caderneta de poupança de **INSTITUIÇÃO** financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês;
- b) em fundo de aplicação financeira de curto prazo, quando a utilização estiver prevista para prazo inferior a um mês;

6.4. Os rendimentos das aplicações no mercado financeiro serão obrigatoriamente aplicados no objeto do **Convênio ou Termo de Parceria**, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos; se isto não ocorrer, tais rendimentos deverão ser devolvidos ao **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1. As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais originais, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome da **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital, devidamente identificados com o número do **Convênio ou Termo de Parceria**;

7.2. A prestação de contas parcial será efetivada pela **INSTITUIÇÃO** vencedora do Edital no prazo máximo de 30 (trinta) dias referente a cada parcela liberada.

7.3. Deve haver restituição à Secretaria do valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, nos seguintes casos:

- a) quando não for executado o objeto da avença;
- b) quando não forem apresentadas as prestações de contas parciais ou final no prazo estabelecido;
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no **Convênio ou Termo de Parceria**;
- d) quando houver contrapartida, e não for comprovada a sua aplicação na consecução do objeto do **Convênio ou Termo de Parceria**.

7.4. A prestação de contas final, nos termos do art. 22 e seguintes, da Instrução Normativa n.º 01/2005, deverá ser apresentada ao **CONCEDENTE**, até 60 (sessenta) dias após encerrado o prazo de vigência do **Convênio ou Termo de Parceria** acompanhada dos seguintes documentos:

- a) relatório de cumprimento do objeto;
- b) Plano de Trabalho executado;
- c) cópia do termo de **Convênio ou Termo de Parceria**, com indicação da data de sua publicação;
- d) relatório de execução físico-financeira, conforme Item 5.2, alínea g, da Cláusula Quinta deste **Convênio ou Termo de Parceria**;
- e) o demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferidos nas aplicações efetuadas no mercado financeiro, quando for o caso, e os saldos;
- f) relação dos pagamentos efetuados;
- g) relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos do **Convênio ou Termo de Parceria**;
- h) extrato de conta bancária específica, cobrindo desde o período de recebimento da primeira parcela até a data do último pagamento;

- i) comprovante de recolhimento do saldo de recursos à conta do **CONCEDENTE** ou DAE relativo ao recolhimento ao Tesouro Estadual.

7.5. Aprovada a prestação de contas final, o responsável pelo acompanhamento da execução do **Convênio ou Termo de Parceria** providenciará o registro da aprovação da despesa no SIAP, atestando a regularidade da execução do **Convênio ou Termo de Parceria**.

CLÁUSULA OITAVA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Fica assegurada ao **CONCEDENTE** a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e o exercício do controle de fiscalização sobre a execução deste **Convênio ou Termo de Parceria**, diretamente pelos Gerentes de Cada Projeto correspondente ao lote pactuado ou através de terceiros devidamente credenciados, bem como de assumir ou transferir a execução, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade da ação.

Parágrafo Único. Os servidores do Órgão de Controle Interno do Poder Executivo Estadual terão, a qualquer tempo e lugar, livre acesso a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

CLÁUSULA NONA – VIGÊNCIA

A vigência do presente **Convênio ou Termo de Parceria** iniciará a partir da data de sua publicação no diário oficial, tendo como termo final o dia 31 de dezembro de 2013, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, por expressa manifestação e anuência das partes.

Parágrafo Único - A vigência poderá ainda ser prorrogada “de ofício” caso venha ocorrer atraso na liberação dos recursos por culpa exclusiva do **CONCEDENTE**, limitada a prorrogação ao exato período de atraso verificado, através do competente registro por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DENÚNCIA E RESCISÃO

Fica assegurado a cada uma das partes o direito de denunciar e rescindir o presente **Convênio ou Termo de Parceria**, unilateralmente por inadimplemento de pelo menos uma das Cláusulas que o torne material ou formalmente inexequível, ou por acordo dos partícipes, neste caso mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, imputando-lhes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido o **Convênio ou Termo**

de Parceria.

Parágrafo Único - Constituem, particularmente, motivos de rescisão, a constatação de descumprimento de quaisquer das exigências fixadas nas normas e diretrizes que regulam este **Convênio ou Termo de Parceria**, especialmente quanto aos padrões de qualidade do atendimento e especialmente:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o **item 6.3 da Cláusula Sexta** deste Instrumento;
- c) falta de apresentação das prestações de contas parciais e final, nos prazos estabelecidos

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES

Quando necessário, mediante justificativa prévia e anuência do **CONCEDENTE**, poderão as Cláusulas deste **Convênio ou Termo de Parceria**, à exceção da que trata do objeto, serem aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo Aditivo celebrado entre as partes, passando os mesmos a fazerem parte integrante deste Instrumento, como um todo único e indivisível.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

Este **Convênio ou Termo de Parceria** será publicado em extrato, no Diário Oficial do Estado, como condição de sua eficácia, providência esta a ser adotada pelo **CONCEDENTE**, após a assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Sob pena de nulidade do ato e de responsabilidade do agente, é vedado no presente **Convênio ou Termo de Parceria**:

- a) Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- b) pagamento de gratificação ou remuneração adicional por serviços de consultoria, assistência técnica ou serviços assemelhados a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;
- c) aditamento com alteração da Cláusula que trata do objeto ou das metas do presente **Convênio ou Termo de Parceria**;
- d) utilização dos recursos em finalidade diversa daquela estabelecida no respectivo

- Instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- e) realização de despesas em data fora do período de vigência;
 - f) realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, referentes a pagamentos ou recolhimentos efetuados fora dos prazos;
 - g) realização com despesas de publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
 - h) atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos.
 - i) transferência de recursos para clubes, associações de servidores e quaisquer entidades congêneres, excetuadas as creches e escolas para o atendimento pré-escolar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste **Convênio ou Termo de Parceria**, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, as partes elegem o Foro de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

E, por estarem assim justas e de acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Fortaleza, de de 2012.

Evandro Sá Barreto Leitão
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento
Social
Concedente

Antônio Rodrigues Amorim
Secretaria de Desenvolvimento Agrário
Interveniente

Instituição

INSTITUIÇÃO vencedora do Edital

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CPF nº _____

CPF nº _____